



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2021

Uma das maiores
empresas químicas
da América Latina.

Única produtora de
ureia e de sulfato de
amônio do Brasil.

Líder em
estirênicos, acrílicos
e fertilizantes
nitrogenados.

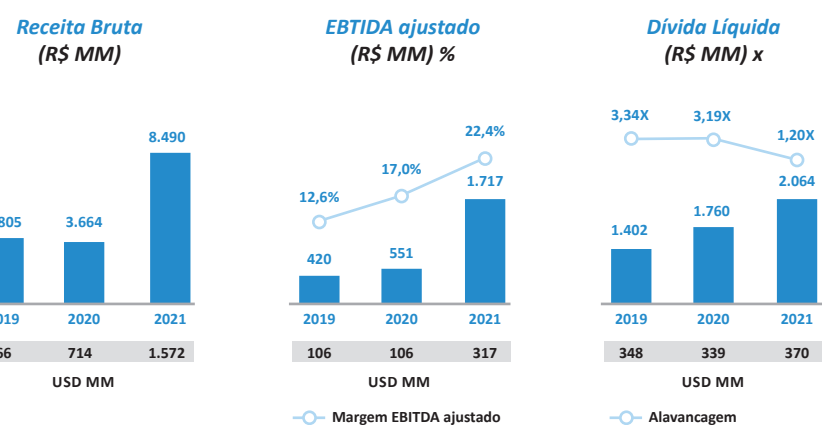
E com desempenho
econômico-financeiro
recorde em 2021.



**CRESCIMENTO NO AGRONEGÓCIO E EXCELÊNCIA OPERACIONAL
ELEVAM RESULTADOS DA UNIGEL A UM NOVO PATAMAR**

EM 2021, RECEITA ATINGE R\$ 8,5 BI (+132% A.A.), EBITDA AJUSTADO CHEGA A R\$ 1,7 BI (+212% A/A) E LUCRO LÍQUIDO ALCANÇA R\$ 882 MILHÕES

São Paulo, 9 de março de 2022 – A Unigel Participações S.A. (“Unigel”) anuncia hoje os resultados do exercício de 2021 (4T21) e do ano de 2021. As informações operacionais e financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS – International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Além disso, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as demonstrações de resultados e de fluxo de caixa e taxa de fim do exercício para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o acumulado dos anos de 2021 (“2021”) e de 2020 (“2020”).



CONTEXTO OPERACIONAL

Resultados recordes e fortalecimento contínuo dos índices de liquidez em meio à partida da Unigel Agro deram a tônica do ano de 2021. A Unigel entregou EBITDA ajustado de R\$ 1,72 bi, mais do que o triplo do resultado do ano anterior, e lucro líquido de R\$ 882 milhões.

No quarto trimestre, batemos novamente o recorde de resultados trimestrais, com forte contribuição do segmento Agro após conclusão do processo de *ramp-up* das plantas de fertilizantes nitrogenados. Com isso, conseguimos entregar no 4T21 um EBITDA ajustado de R\$ 552 milhões, equivalente ao resultado reportado para todo o ano de 2020 (R\$ 551 milhões).

Em 2021, a Unigel aumentou sua presença no agronegócio brasileiro, com a partida das duas plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras (“Unigel Agro”), com capacidade combinada de produção de 925 mil toneladas de amônia, 1.125 mil toneladas de ureia, 320 mil toneladas de sulfato de amônio e 220 mil toneladas de ARLA (Agente Redutor Líquido Automotivo). Atualmente somos o único produtor de ureia e o maior produtor de amônia do Brasil, atendendo um mercado altamente dependente de importações. Em 2021, o Brasil importou 41,6 milhões de toneladas de fertilizantes, das quais 8,2 milhões referem-se exclusivamente a ureia.

O processo de *ramp-up* das plantas de fertilizantes nitrogenados teve início ainda no último trimestre de 2020, e foi concluído em agosto de 2021, após estabilização da produção na fábrica de Camaçari (BA). Ainda que 2021 tenha sido o ano de partida, o segmento Agro já se tornou relevante para a Unigel neste ano, representando 22% (R\$ 1,9 bilhão) da receita bruta e 33% (R\$ 578 milhões) do EBITDA ajustado consolidado em 2021.

Nos segmentos de estirênicos e acrílicos, após um primeiro semestre de spreads internacionais bastante elevados, parcialmente em função de eventos como a tempestade de inverno Uri no Golfo do México e os choques nas cadeias de suprimento globais pós-pandemia, o segundo semestre do ano foi marcado por uma normalização dos spreads internacionais. Ainda assim, apoiados em uma maior eficiência operacional e na estratégia assertiva de vendas, a Unigel entregou resultados superiores ao patamar pré-pandemia.

INVESTIMENTOS E GERAÇÃO DE CAIXA

O caixa gerado pelas atividades operacionais da Unigel totalizou R\$ 1,16 bilhão em 2021, crescimento de 123% a/a, puxado principalmente pelos fortes resultados operacionais no exercício. O crescimento foi parcialmente mitigado por investimentos em capital de giro realizados na primeira metade do ano, em virtude (i) do início da operação Agro, (ii) da elevação dos preços, (iii) da desvalorização cambial e (iv) da gestão de custos financeiros no capital de giro.

Foram investidos (Capex) R\$ 755 milhões em 2021, com a maior parte dos recursos sendo direcionada para o *ramp-up* das duas plantas de fertilizantes da Unigel Agro. Após um primeiro semestre mais intenso em capital (R\$ 500 milhões nos 6M21), o volume de investimentos caiu pela metade no segundo semestre, para um total de R\$ 255 milhões, majoritariamente direcionados para (i) a manutenção das plantas, incluindo paradas programadas das plantas de estirênicos e acrilonitrila realizadas no 3T21 e (ii) a conclusão do projeto de purificação da acetônitrila.

Por fim, a Unigel encerrou o ano com posição de caixa de R\$ 849 milhões (aproximadamente US\$ 152 milhões) e o indicador dívida líquida/EBITDA recuou para 1,20x. Os dois parâmetros reforçam o compromisso da Unigel em manter uma política de gestão financeira conservadora, ao mesmo tempo em que realiza projetos estratégicos de crescimento.

Os resultados crescentes e o contínuo fortalecimento dos índices de liquidez tiveram impacto positivo nas atualizações do rating da Unigel. Primeiro, em junho de 2021, a S&P elevou a nossa nota de crédito para BB-, com perspectiva estável. Depois, em janeiro de 2022, a Fitch seguiu o mesmo movimento, também elevando a nota para BB- (Estável). Em ambos os casos, a elevação da nota reflete a expectativa de crescimento dos resultados com a nova operação Agro, refletindo em maior geração de caixa, e disciplina financeira para manutenção de índices de liquidez adequados ao nosso perfil de negócio.

PERSPECTIVAS

Iniciado em fevereiro de 2022, o conflito militar entre Rússia e Ucrânia impacta de forma significativa o cenário geopolítico, com consequências diretas sobre os mercados de óleo e gás e de fertilizantes, ambos importantes para o nosso segmento Agro - operação que utiliza gás natural como matéria-prima para a produção de amônia e ureia.

A Rússia é um dos maiores produtores globais de fertilizantes NPK, com participação relevante nas exportações internacionais. Quanto aos fertilizantes nitrogenados, a Rússia é a maior exportadora de amônia e de ureia do mundo, respondendo por 23% e 14% do trade global desses produtos em 2021, respectivamente. Neste contexto, as diversas sanções econômicas aplicadas à Rússia assim que o conflito militar teve início fizeram com que os preços internacionais da amônia e da ureia disparassem.

Do lado do custo, nossos contratos de gás natural são atrelados à referência de preço do petróleo Brent, que também apresentou forte alta desde o início do conflito, porém em menor intensidade quando comparado aos preços dos fertilizantes. Adicionalmente, temos contratos de hedge de matéria-prima que ajudam na proteção do custo do gás natural, tornando a operação ainda mais competitiva.

Para os segmentos de Acrílicos e Estirênicos, até o momento não observamos impactos relevantes em função das sanções aplicadas à Rússia, mas, no geral, esperamos que o aumento do preço do Brent se reflita em aumento de preços ao longo da cadeia, preservando spreads em patamares mais altos.

AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA (ESG)

Ao longo de 2021, a Unigel reforçou seu posicionamento em prol de um planeta mais sustentável no futuro. Neste sentido, além de dar continuidade às boas práticas já em andamento, que garantiram a manutenção da Medalha de Ouro na avaliação da Ecovadis pelo 2º ano consecutivo, demos início a iniciativas estratégicas que visam reduzir emissões de carbono, ampliar participação de energia renovável em nossa matriz energética, e reduzir os resíduos gerados pelas nossas operações.

Esses objetivos fazem parte de uma agenda executiva de metas e compromissos ESG de longo prazo, que está sendo desenvolvida internamente, e deverá ser apresentada ainda na primeira metade de 2022, junto com o relatório de sustentabilidade 2021.

Contrato com Casa dos Ventos

Em setembro de 2021, a Unigel firmou contrato de longo prazo com a Casa dos Ventos para garantir energia renovável para parte de suas operações. Pelo contrato de 20 anos, a Unigel ainda terá a possibilidade de se tornar autoprodutora. O parque eólico que será implementado no Estado da Bahia terá, em sua totalidade, 360 MW de potência instalada e fornecerá energia para diversas empresas a partir de 2024.

A parceria firmada com a Casa dos Ventos ainda deve evitar a emissão anual de quase 200 mil toneladas de CO2 por ano, de acordo com estimativas da empresa de energia. O longo prazo do contrato firmado evidencia o compromisso das empresas não apenas com a descarbonização da produção de químicos, mas também com a expansão da matriz renovável.

Parceria com Electrolux e Termotécnica

A Unigel firmou parceria com a Electrolux e a Termotécnica para utilização do ECOGEL® na fabricação de peças de refrigeradores da multinacional de origem sueca.

Hoje, a Unigel já fornece poliestireno para as duas empresas. Para a Termotécnica, é matéria-prima na fabricação de embalagens em EPS. Para a Electrolux, é utilizado na fabricação de diversas peças do interior dos refrigeradores, como prateleiras, depósitos, entre outras. Além disso, a Termotécnica fornece embalagens em EPS para o acondicionamento adequado dos refrigeradores da Electrolux.

Agora, as três empresas estão juntas para fechar ciclos produtivos e fazer a circularidade de material acontecer na prática. A Termotécnica, que já é detentora de um programa robusto de reciclagem de poliestireno pós-consumo, coleta embalagens em EPS e os transforma em um novo material, o REPOR. Na produção do ECOGEL®, a Unigel deve utilizar o REPOR como matéria-prima. Com isso, o material que foi utilizado inicialmente como embalagem dos refrigeradores volta para a cadeia produtiva e se transforma em peças duráveis que serão incorporadas na produção dos refrigeradores da Electrolux.

Programa de Reciclagem de Copos Descartáveis

Outro destaque da Unigel foi a participação no Programa de Reciclagem de Copos Descartáveis, concebido pelas empresas Braskem e Dinâmica Ambiental. O programa incentiva a economia circular, além de estimular a correta destinação de plástico pós-consumo a partir da coleta de copos descartáveis nas empresas participantes.

Após a coleta, triagem, armazenamento e preparo do lote, as cargas de copos de poliestireno são enviadas para recicladores homologados pelo programa, onde se transformam em novos produtos, dando continuidade ao ciclo do uso de plástico. Como consequência, no último ano observamos o aumento de 300% na quantidade de poliestireno recuperado dentro dessa iniciativa.

1. RESULTADO CONSOLIDADO

Resultado consolidado	Acumulado		
R\$ milhões	2021	2020	(%) a/a
Receita bruta	8.490	3.664	132%
Receita líquida	7.651	3.233	137%
Custo do produto vendido	(5.969)	(2.736)	118%
Lucro bruto	1.682	497	238%
Margem Bruta	22,0%	15,4%	6,6p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	(201)	(155)	30%
Outras receitas (despesas) operacionais	215	7	2971%
Lucro operacional	1.696	349	386%
Resultado financeiro	(452)	(375)	21%
Imposto de renda e contribuição social	(361)	19	-2000%
Resultado líquido	882	(7)	12700%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada da Unigel totalizou R\$ 7.65 bilhões em 2021, alta de 137% a/a, puxada principalmente pelo início da operação do segmento Agro, em conjunto com maiores volumes de vendas e aumento de preços dos principais produtos de Estirênicos. Todos os segmentos apresentaram variações positivas em suas receitas, com aumentos de 85% a/a no segmento de Estirênicos, 95% a/a no segmento de Acrílicos e 1.382% a/a no segmento Agro. Cabe ressaltar que o ano de 2020 foi impactado por paradas de plantas em virtude da Covid-19.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

O CPV consolidado da Unigel totalizou R\$ 5,97 bilhões em 2021, alta de 118% a/a, explicada principalmente pelo início da operação Agro, maiores volumes de vendas e aumento dos preços internacionais das nossas principais matérias primas. Com isso, o lucro bruto consolidado da Unigel totalizou R\$ 1,68 bilhão, alta de 238% a/a, em função de (i) início da operação agro, com volume crescente de vendas ao longo do ano e com margens positivas; (ii) aumento dos volumes de vendas nos segmentos de Estirênicos e Acrílicos, explicado principalmente pelas paradas de plantas no 2T20 em meio a primeira onda da pandemia; e (iii) aumento dos spreads internacionais, especialmente na primeira metade de 2021, com o crescimento dos preços dos nossos principais produtos superando o crescimento dos preços das matérias-primas. Com isso, a margem bruta consolidada alcançou 22,0% em 2021, 6,6 p.p. acima do mesmo período de 2020.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (“SG&A”)

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram R\$ 201 milhões em 2021, aumento de 30% a/a, explicado principalmente pelo aumento da estrutura administrativa e de vendas em função da operação da Unigel Agro e aumento de despesas das operações mexicanas, devido à alta da taxa de câmbio.

O forte aumento das vendas, decorrente da excelência operacional e da forte demanda por nossos produtos, também colaborou para uma maior diluição das despesas SG&A em função da receita líquida. Em 2021, as despesas SG&A representaram 2,6% da receita líquida, queda de 2,2 p.p. a/a.

OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

Outras receitas (despesas) operacionais totalizaram uma receita de R\$ 215 milhões em 2021, explicada basicamente pela receita de R\$ 240 milhões reportada no 2T21, relacionada a decisão judicial do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a exclusão do ICMS na base do PIS/COFINS. Mais detalhes sobre esta decisão estão apresentados na nota explicativa 24 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

EBITDA AJUSTADO

Cálculo do EBITDA	Acumulado		
R\$ milhões	2021	2020	(%) a/a
Resultado líquido	882	(7)	12700%
Imposto de renda e contribuição social	361	(19)	2000%
Resultado financeiro	452	375	21%
Depreciação e amortização	219	149	47%
EBITDA	1.915	499	284%
Margem EBITDA	25,0%	15,4%	9,6p.p.
(Perda) ganho na venda de ativos	38	1	3700%
Parada operacional de planta	4	50	-92%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	(240)	-	-100%
Reestruturação indenizações	-	1	-100%
EBITDA Ajustado	1.717	551	212%
Margem EBITDA Ajustado	22,4%	17,0%	5,4p.p.

O EBITDA ajustado consolidado da Unigel totalizou R\$ 1,72 bilhão em 2021, +212% a/a, com crescimento relevante em todos os segmentos de negócio. Nesta comparação, os principais fatores de crescimento foram (i) aumento do volume de vendas, explicado principalmente pelas paradas de plantas no 2T20 em meio a primeira onda da pandemia, (ii) aumento dos spreads internacionais, especialmente na primeira metade de 2021, e (iii) início da operação agro a partir do 2T21. Com isso, a margem EBITDA Ajustada consolidada ficou em 22,4% em 2021, representando aumento de 5,4 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

ROIC

Cálculo do ROIC	Acumulado		
R\$ milhões	2021	2020	(%) a/a
Resultado Operacional (12 meses)	1.696	349	386%
IR + CSLL teórico (34%)	(577)	(119)	385%
Retorno (NOPAT)	1.119	231	384%
Dívida líquida	2.064	1.760	17%
Patrimônio líquido	660	57	1058%
Capital Investido	2.723	1.817	50%
ROIC (NOPAT)/Capital Investido	41,1%	12,7%	28,4p.p.

O ROIC consolidado da Unigel totalizou 41,1% em 2021, alta de 28,4 p.p. na comparação com 2020, principalmente em função dos fortes resultados operacionais.

RESULTADO FINANCEIRO

Resultado consolidado	Acumulado		
R\$ milhões	2021	2020	(%) a/a
Receitas Financeiras	29	43	-33%
Aplicações e juros ativos	16	5	220%
Atualização créditos Eletrobrás	-	24	-100%
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	11	-	100%
Outras receitas financeiras	2	14	-86%
Despesas financeiras	(443)	(364)	22%
Despesa de juros sobre empréstimos bancários	(352)	(282)	25%
Descontos concedidos a clientes	(14)	(4)	250%
Juros passivos de passivos de arrendamento	(33)	(34)	-3%
Impostos sobre receitas financeiras e despesas bancárias	(22)	(16)	38%
Outras despesas	(22)	(29)	-24%
Resultado financeiro antes da variação cambial	(414)	(321)	29%
Variação cambial líquida e resultado de derivativos	(38)	(54)	-30%
Resultado Financeiro Líquido	(452)	(375)	21%



O resultado financeiro antes da variação cambial totalizou uma despesa de R\$ 414 milhões em 2021, aumento de 29% a/a, explicado principalmente pelo aumento nas despesas de juros sobre empréstimos, relacionados à captação de USD 110 milhões no 1T20 através da reabertura do Bond 2026.

2. FLUXO DE CAIXA

Fluxo de Caixa Operacional - Gerencial R\$ milhões	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
EBITDA Ajustado	1.717	551	212%
Itens Não-Recorrentes e/ou Não-caixa	15	(14)	-207%
EBITDA "Caixa"	1.732	537	223%
Variação de capital de giro ⁽¹⁾	(547)	65	-942%
Resultado financeiro (caixa) ⁽²⁾	(56)	(75)	-25%
Geração de caixa operacional	1.129	527	114%
Juros pagos por empréstimos	(317)	(233)	36%
Imposto de renda pago	(106)	(24)	342%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	706	271	161%

(1) Variação de capital de giro inclui resultado do imposto de renda e contribuição social do período
(2) Resultado financeiro ajustado por efeitos não caixa

Demonstrativo de Fluxo de Caixa R\$ milhões	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Fluxo de caixa das atividades operacionais	706	271	161%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(807)	(236)	242%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	327	193	69%
Ajuste de conversão (CTA)	(1)	15	-107%
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	225	243	-7%

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

A geração de caixa operacional consolidada totalizou R\$ 706 milhões em 2021, alta de 161% a/a, puxada principalmente pelo forte resultado operacional, refletido no aumento de 212% no EBITDA ajustado. Na contramão desse aumento estão os investimentos em capital de giro, explicados por: (i) maximização das operações produtivas, com consequente aumento de volumes, (ii) aumento dos preços internacionais dos nossos principais produtos e matérias-primas, (iii) depreciação do Real frente ao Dólar, e (iv) início da operação Agro, com necessidade de constituição de estoques e contas a receber.

CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou um desembolso de R\$ 807 milhões, explicado pelos gastos com aquisições de imobilizado e intangível (Capex), em função principalmente dos investimentos necessários para o início das operações Agro em Sergipe e na Bahia. Após um primeiro semestre mais intensivo em capital (R\$ 500 milhões nos 6M21), o volume de investimentos recuou pela metade para um total de R\$ 255 milhões na segunda metade do ano, majoritariamente direcionados para projetos de manutenção e conclusão do projeto de purificação de acetonitrila.

CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma entrada de R\$ 327 milhões em 2021, principalmente explicada pela emissão de USD 110 milhões através da reabertura do bond 2026. Os recursos dessa emissão foram destinados para refinarciar dívidas de curto prazo, pré-pagar o saldo remanescente do bond 2024, e suportar o início da Unigel Agro.

AJUSTES DE CONVERSÃO

Efeito gerado pela conversão cambial das informações financeiras das subsidiárias do México e de Luxemburgo.

3. ENDIVIDAMENTO E ALAVANCAGEM

Divida líquida e Alavancagem R\$ milhões	Em milhões de Reais			Em milhões de Dólares		
	dez-21	dez-20	(%) a/a	dez-21	dez-20	(%) a/a
Circulante	333	403	-17%	60	77	-22%
Não Circulante	2.992	2.198	36%	536	423	27%
Divida Bruta	3.324	2.600	28%	596	500	19%
(-) Swap Accrual	(411)	(217)	89%	(74)	(42)	76%
(-) Caixa e Equivalentes	(849)	(624)	36%	(152)	(120)	27%
Divida Líquida	2.064	1.760	17%	370	339	9%
(+) EBITDA Ajustado (LTM)	1.717	551	212%	317	106	199%
(=) Alavancagem financeira	1,20x	3,19x	-0,67x	1,17x	3,20x	-0,67x

A dívida líquida da Unigel totalizou R\$ 2,06 bilhões em 31 de dezembro de 2021, aumento de 17% na comparação com 31 de dezembro de 2020, explicado pela captação de USD 110 milhões no 1T21 através da reabertura do bond 2026 para reforço de capital de giro em função do início da operação Agro.

Em termos de alavancagem, o crescimento de 212% no EBITDA ajustado dos últimos 12 meses superou o aumento da dívida líquida, resultando na queda da alavancagem para 1,20x em dezembro de 2021.

Cabe destacar que, para mitigar o efeito da alta volatilidade do câmbio brasileiro, especialmente em ano eleitoral, atualmente estamos adotando uma estratégia mais conservadora de hedge cambial, com proteção de 100% do bond 2026, apenas para o principal e no vencimento, nos seguintes termos:

- USD 200 milhões, com barreiras de 4,15 R\$/US\$ a 5,60 R\$/US\$ e custo financeiro de 100% do CDI menos 2,97%;
- USD 110 milhões, com barreiras de 5,40 R\$/US\$ a 8,00 R\$/US\$ e custo financeiro de 63% do CDI;
- USD 220 milhões, com barreiras de 5,00 R\$/US\$ a 7,50 R\$/US\$, e custo financeiro de 60,8% do CDI;

4. ESTIRÊNICOS

Tintas e Revestimentos (Estireno)	Plásticos ABS e SAN (Estireno)	Bens de Consumo Duráveis (Poliestireno)	Embalagens e Descartáveis (Poliestireno)	Indústria de Celulose (Látex)
-----------------------------------	--------------------------------	---	--	-------------------------------

Volume de Vendas - Estirênicos ⁽¹⁾ tons	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Estireno	120.401	112.848	7%
Poliestireno	173.872	159.007	9%
Látex	39.782	32.861	21%
Total	334.055	304.715	10%

⁽¹⁾ Não inclui vendas entre empresas do grupo e não inclui estireno utilizado nas produções de poliestireno e látex

Preço Internacionais - Estirênicos tons	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Preço - Estireno	1.293	657	97%
Preço - Poliestireno	1.439	1.019	41%
Custo - Benzeno	933	514	82%
Custo - Eteno	1.257	918	37%
Custo - Mix Matéria Prima	1.014	615	65%
Spread - Estireno	279	42	564%
Spread - Poliestireno	425	404	5%

(1)IHS - Styrene | Spot | FOB US Gulf Coast | (n-1)
(2)IHS - Polystyrene (PS) | Spot | CFR Hong Kong | (n-1)
(3)IHS - Benzene | Contract-Market Domestic | FOB US Gulf Coast | (n-1)
(4)IHS - Ethylene | Contract-Market Pipeline | Delivered W. Europe | (n-1)
(5)Mix Matéria-prima | 25% Ethylene + 75% Benzene

Resultado - Estirênicos R\$ milhões	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Receita bruta	3.675	2.013	83%
Receita líquida	3.096	1.673	85%
Custo do produto vendido	(2.395)	(1.407)	70%
Lucro bruto	701	266	164%
Margem Bruta	22,7%	15,9%	6,7p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	(51)	(30)	70%
Outras receitas (despesas) operacionais	172	(1)	17300%
Lucro operacional	822	235	250%
Depreciação e amortização	66	49	35%
EBITDA	888	284	213%
(Perda) ganho na venda de ativos	6	1	500%
Parada operacional de planta	2	14	-86%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	(178)	-	-100%
Reestruturação - indenizações	-	-	0%
EBITDA Ajustado	718	299	140%
Margem EBITDA	23,2%	17,9%	5,3p.p.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida de Estirênicos totalizou R\$ 3,10 bilhões em 2021, crescimento de 85% a/a, explicado principalmente (i) pelo aumento dos preços internacionais do estireno (+97% a/a) e do poliestireno (+41% a/a); e (ii) pelo crescimento de 10% no total de toneladas vendidas do segmento – cabe destacar que o 2T20 foi o mais impactado pela pandemia de Covid-19, que levou ao fechamento temporário de parte das operações.

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

O CPV do segmento de estirênicos totalizou R\$ 2,40 bilhão em 2021, crescimento de 70% a/a, influenciado pelo aumento nos volumes de venda de SM e PS mencionados anteriormente, combinado a

aumentos de 82% e 37% nos preços do benzeno e eteno, respectivamente. Dado um crescimento de receita relativamente maior do que o crescimento dos custos, a margem bruta do segmento de Estirênicos saiu de 15,9% em 2020 para 22,7% em 2021, aumento de 6,7 p.p. Com isso, o lucro bruto do segmento totalizou R\$ 701 milhões, um crescimento de 164% a/a.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas do segmento de Estirênicos totalizaram R\$ 51 milhões em 2021, crescimento de 70% a/a. Essa variação é explicada por eventos extraordinários em 2020 relacionados a pandemia, tais como redução dos salários e carga horária dos colaboradores em regime de home-office, e adesão a programas do governo visando a manutenção de empregos, que permitiram reduzir os pagamentos realizados no período.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA

Em conclusão, o EBITDA ajustado de Estirênicos totalizou R\$ 718 milhões em 2021, crescimento de 140% a/a, devido a dois principais fatores: (i) aumento de 10% no volume total de vendas; e (ii) aumentos expressivos de spreads internacionais na primeira metade do ano.

5. ACRÍLICOS

Fibra de Carbono (Acrilonitrila)	Fibra Acrílica (Acrilonitrila)	Acrilamida (Acrilonitrila)	Tintas e Revestimentos (MMA)
Chapas Acrílicas (MMA)	Fachadas em Acrílico (Chapas Acrílicas Cast)	Mineração (Cianeto de Sódio)	Galvanoplastia (Cianeto de Sódio)

Volume de Vendas - Acrílicos tons	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Nitrilas ⁽¹⁾	86.793	50.616	71%
Metacrilatos ⁽²⁾	37.770	29.469	28%
Cianeto de Sódio ⁽³⁾	19.355	18.354	5%
Chapas Acrílicas (México) ⁽⁴⁾	16.904	18.435	-8%
Total	160.822	116.874	38%

Notas: Não considera vendas entre empresas do grupo.
(1) Contempla vendas de Acrilonitrila e Acetonitrila. Não considera vendas da operação brasileira para revenda pelo México.
(2) Contempla vendas de MMA, EMA e Ácido Metacrilico. Não considera volume enviado ao México para revenda ou para consumo na produção de chapas acrílicas.
(3) Contempla vendas de Cianeto de Sódio em base líquida e sólida.
(4) Volume contempla apenas operação de Chapas Acrílicas no México.

Preço Internacionais - Acrílicos tons	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Preço - Acrilonitrila ⁽¹⁾	2.289	1.177	94%
Preço - MMA ⁽²⁾	2.508	1.562	61%
Custo - Propeno ⁽³⁾	1.574	705	123%
Custo - Acetona ⁽⁴⁾	910	750	21%
Spread - Acrilonitrila	715	472	51%
Spread - MMA	1.598	812	97%

(1) Fonte: IHS - Propylene | Contract-Benchmark Stream Value | Delivered United States | (n-1)
(2) Fonte: IHS - Acetone | Spot | Northeast Asia CRF Asia/China MP | (n-1)
(3) Fonte: IHS - Acrylonitrile | Spot Import, Average (High; Low) | CFR Far East | (n)
(4) Fonte: IHS - MMA Spot - Average (Northeast Asia; West Europe) | (n)

Resultado - Acrílicos R\$ milhões	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Receita bruta	2.922	1.509	94%
Receita líquida	2.786	1.427	95%
Custo do produto vendido	(2.360)	(1.201)	97%
Lucro bruto	426	226	88%
Margem Bruta	15,3%	15,9%	-0,6p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	(106)	(98)	8%
Outras receitas (despesas) operacionais	43	9	378%
Lucro operacional	363	137	165%
Depreciação e amortização	96	75	28%
EBITDA	459	212	117%
(Perda) ganho na venda de ativos	33	-	100%
Parada operacional de planta	2	35	-94%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	(60)	-	-100%
Reestruturação - indenizações	-	1	-100%
EBITDA Ajustado	434	248	75%
Margem EBITDA	15,6%	17,4%	-1,8p.p.

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida do segmento de Acrílicos totalizou R\$ 2,79 bilhões em 2021, alta de 95% a/a, em função principalmente (i) do aumento de 38% no volume de vendas consolidado do segmento, em virtude de maior tempo de operação das operações, uma vez que a planta de acrilonitrila foi paralisada em março de 2020 em função da pandemia do COVID-19; (ii) do aumento nos preços internacionais dos nossos principais produtos (acrilonitrila +94% a/a e MMA +61% a/a); e (iii) das oportunidades comerciais de exportação no primeiro semestre em função do problema generalizado de oferta no mercado internacional, devido à tempestade de inverno Uri ocorrida no Texas (EUA).

CUSTO DO PRODUTO VENDIDO (CPV) E MARGEM BRUTA

O CPV do segmento de Acrílicos totalizou R\$ 2,36 bilhões em 2021, alta de 97% a/a, puxado principalmente pelo aumento dos volumes de vendas, em especial da acrilonitrila, mas também influenciado pelo aumento dos preços internacionais das principais matérias-primas. Com isso, o lucro bruto do segmento totalizou R\$ 426 milhões, alta de 88% a/a, explicado principalmente pelo aumento do volume de vendas e spreads mais elevados na primeira metade do ano.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 106 milhões em 2021, representando aumento de 8% na comparação com 2020, influenciado principalmente por dois fatores pontuais relacionados à nossas operações no México: (i) variação cambial sobre os gastos fixos dolarizados e (ii) realocação de gastos relacionados às plantas de metacrilatos e ácido sulfúrico, que foram hibernadas ao longo de 2020. Com isso, os gastos com manutenção básica das plantas, que antes ficavam no CPV, tiveram que ser realocados para despesas administrativas.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA

Em conclusão, o EBITDA Ajustado do negócio de Acrílicos totalizou R\$ 434 milhões em 2021, alta de 75% a/a explicada principalmente pelo aumento dos volumes vendidos, dada maior eficiência das plantas localizadas na Bahia versus uma baixa performance do 2T20, quando precisamos paralisar parte das nossas operações em função da pandemia do Covid-19 no Brasil.

6. AGRO

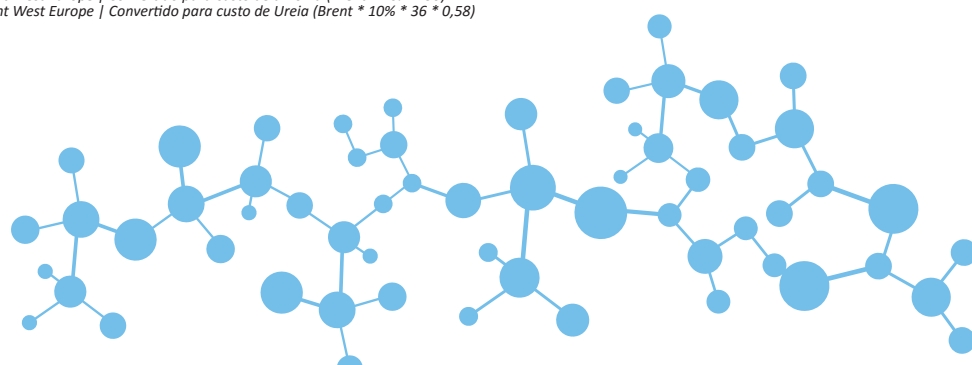
Fertilizantes (Sulfato de amônio e Ureia)	Madeira compensada (Ureia)	Agropecuária (Ureia)	Curtume (Sulfato de amônio)	Laboratório e Químicos (Amônia e Sulfato de amônio)
---	----------------------------	----------------------	-----------------------------	---

Volume de Vendas - Agro tons	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Amônia	58.306	468	12359%
Amônia (Vendas Cativas)	81.532	-	100%
Ureia	427.327	-	100%
Sulfato de Amônio	155.906	127.436	22%
ARLA	10.326	-	100%
Total	733.397	127.903	473%

Nota: Não considera vendas entre empresas do grupo, além da venda de amônia para segmento de Acrílicos.

Preço Internacionais - Agro tons	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Preço - Amônia	594	233	155%
Preço - Ureia	528	254	108%
Custo - Brent (Conv. Amônia)	254	156	63%
Custo - Brent (Conv. Ureia)	148	90	64%
Spread - Amônia	339	77	340%
Spread - Ureia	381	164	132%

(1)Fonte: Argus - Amônia | CFR Tampa
(2)Fonte: Argus - Ureia | CFR Brasil
(3)Fonte: IHS - Brent West Europe | Convertido para custo de amônia (Brent * 10% * 36)
(4)Fonte: IHS - Brent West Europe | Convertido para custo de Ureia (Brent * 10% * 36 * 0,58)



Demonstrações Financeiras 2021

Resultado – Agro R\$ milhões	Acumulado		
	2021	2020	(%) a/a
Receita bruta	2.160	142	1421%
Receita líquida	1.986	134	1382%
Custo do produto vendido	(1.431)	(129)	1009%
Lucro bruto	554	5	10980%
Margem Bruta	27,9%	3,5%	24,5p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	(27)	(9)	200%
Outras receitas (despesas) operacionais	(0)	1	-100%
Lucro operacional	528	(4)	13300%
Depreciação e amortização	51	22	127%
EBITDA	578	18	3111%
(Perda) ganho na venda de ativos	-	-	0%
Parada operacional de planta	-	-	0%
Recuperação de ICMS na Base de PIS/ COFINS	-	-	0%
Reestruturação - indenizações	-	-	0%
EBITDA Ajustado	578	18	3111%
Margem EBITDA	29,1%	13,8%	15,3p.p.

RECEITA LÍQUIDA

Em 2020, o segmento Agro estava limitado à produção de sulfato de amônio extraído da cadeia produtiva do segmento de Acrílicos. No 2T21, tiveram início as operações de Laranjeiras (SE), que estabilizaram em maio. No 3T21, tiveram início as operações em Camaçari (BA), que estabilizaram em agosto. Neste contexto, a receita líquida do segmento Agro totalizou de R\$ 1,99 bilhão em 2021, muito acima dos R\$ 134 milhões reportados em 2020.

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS (CPV) E MARGEM BRUTA

O custo do produto vendido do segmento Agro totalizou R\$ 1,43 bilhão em 2021, resultando em margem bruta de 27,9% no período, comparada com margem bruta de 3,5% em 2020. No trimestre, o CPV foi de R\$ 349 milhões, resultando em margem bruta de 34,0%, alta de 10,7 p.p. em relação ao trimestre anterior.

DESPESAS COM VENDAS, GERAIS E ADMINISTRATIVAS (SG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas totalizaram R\$ 27 milhões em 2021, refletindo o aumento já esperado das despesas do segmento dado o início da operação Agro.

EBITDA AJUSTADO E MARGEM EBITDA

O EBITDA Ajustado do segmento Agro totalizou R\$ 578 milhões em 2021, muito acima dos R\$ 18 milhões registrados em 2020. A margem EBITDA ficou em 29,1%, 15,3 p.p. acima do mesmo período de 2020.

7. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A administração da Companhia é composta por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária, cujas atribuições estão descritas nos itens abaixo. Adicionalmente, existem os seguintes comitês de assessoramento ao Conselho de Administração: (i) Comitê de Auditoria não Estatutário, (ii) Comitê de Finanças, e (iii) Comitê de Estratégia. Nos termos do Regulamento do Novo Mercado, o Conselho de Administração poderá, ainda, criar outros comitês de assessoramento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é composto por, no mínimo, 03 (três) e, no máximo, 07 (sete) membros, todos eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 02 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Dos membros do Conselho de Administração, um deverá ser Presidente e outro Vice-Presidente, designados pela Assembleia Geral que eleger o órgão.

Membros: Henri Armand Slezynger (Presidente do Conselho de Administração) | Marc Buckingham Slezynger (Vice-Presidente Conselho de Administração) | Marcello de Simone (Membro Independente do Conselho de Adm.) | José Borges Matias (Membro Independente do Conselho de Adm.) | Weber Ferreira Porto (Membro Independente do Conselho de Adm.)

DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria da Companhia será composta por, no mínimo, 02 (dois) e, no máximo, 09 (nove) membros, acionistas ou não, residentes e domiciliados no País, sendo 01 (um) Diretor-Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Relações com Investidores, 01 (um) Diretor Jurídico, 01 (um) Diretor de Recursos Humanos, 01 (um) Diretor de Controladoria e 01 (um) Diretor de Tecnologia da Informação, sendo que os demais membros eleitos, até o limite máximo estabelecido, serão designados como "Diretores Estatutários sem designação específica", de forma que todos terão mandato de 03 (três) anos, permitida a reeleição.

A Diretoria tem todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à consecução do objeto social, observadas as disposições legais ou estatutárias pertinentes, bem como os planos de negócios, orçamentos operacionais e previsão orçamentária aprovada pelo Conselho de Administração.

Membros: Roberto Noronha Santos (Diretor Presidente) | Daniel Zilberknop (Diretor Vice-Presidente Finanças) | Daniel Scarmeloti da Fonseca (Diretor de Controladoria e Tecnologia da Informação) | Murilo Cruz Garcia (Diretor Jurídico) | Luiz Felipe Setten Fustaino (Diretor de Relações com Investidores e Tesouraria)

COMITÊS DE ACESSORAMENTO

Comitê de Auditoria - A Companhia possui um Comitê de Auditoria composto por, no mínimo, 3 (três) membros, indicados pelo Conselho de Administração, sendo: (a) ao menos, 1 (um) membro independente, conforme definido pelo Regulamento do Novo Mercado; e (b) ao menos 1 (um) membro com reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária, nos termos da regulamentação editada pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). O mesmo membro do Comitê de Auditoria pode acumular as características referidas em (a) e (b), observado que nenhum dos membros poderá ser controlador da companhia, nem diretor da companhia, de seu acionista controlador, direto ou indireto, ou de sociedades controladas, coligadas ou sob controle comum, e tampouco possuir qualquer vínculo de subordinação com as pessoas anteriormente mencionadas. Os membros do Comitê de Auditoria, eleitos pelo Conselho de Administração, terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Membros: Anselmo Neves Macedo (Coordenador do Comitê) | José Borges Matias (Membro do Comitê) | Weber Ferreira Porto (Membro do Comitê)

Comitê de Finanças - O Comitê de Finanças será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo certo que todos os membros eleitos terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Membros: Daniel Zilberknop (Coordenador do Comitê) | Weber Ferreira Porto (Membro do Comitê) | Marcello de Simone (Membro do Comitê) | Daniel Scarmeloti da Fonseca (Membro do Comitê)

Comitê de Estratégia - O Comitê de Estratégia será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros, sendo certo que todos os membros eleitos terão mandatos unificados de 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos.

Membros: Roberto Noronha Santos (Coordenador do Comitê) | José Borges Matias (Membro do Comitê) | Edson de Paiva Alves (Membro do Comitê) | Abraham Klip Moshinsky (Membro do Comitê)

8. PESSOAS

TALENTOS

Nossos colaboradores são a chave para o sucesso da implementação de nossa estratégia. Queremos atrair e reter pessoas talentosas para nossa Companhia e oferecer apoio em seu desenvolvimento profissional e pessoal. Para conseguir isso, cultivamos um ambiente de trabalho que inspira e conecta pessoas. Baseia-se na liderança inclusiva, ao mesmo tempo, na confiança mútua, respeito e dedicação para alcançar o máximo desempenho.

Queremos formar a melhor equipe. Para conseguir isso, nos concentramos em três direções estratégicas: pessoas excelentes, um excelente local de trabalho e excelentes líderes. A ênfase está em nossa atratividade nos mercados de trabalho, no desenvolvimento pessoal e profissional, no aprendizado a longo prazo e no apoio ao desenvolvimento de nossos líderes.

No final, tudo o que fazemos deve criar valor para nossos clientes. Temos uma organização flexível e queremos capacitar nossos colaboradores para se diferenciarem em suas capacidades. Temos ótimas pessoas trabalhando na Unigel e temos as ferramentas e recursos necessários para alcançar o melhor desenvolvimento e entrega de nossos produtos, soluções e serviços que os clientes precisam. Nossos valores definem como queremos trabalhar juntos como uma equipe e com nossos clientes e parceiros de negócios - criativos, abertos, responsáveis e empreendedores.

Procuramos recrutar os melhores alunos das escolas técnicas e universidades brasileiras para trabalhar conosco e oferecer treinamento de desenvolvimento de carreira aos funcionários para desenvolver as habilidades necessárias para operar em nosso ambiente acelerado. Temos parcerias com universidades, faculdades técnicas e escolas de idiomas, a fim de incentivar o desenvolvimento educacional de nossos funcionários.

A Unigel encerrou o ano de 2021 com 1.855 empregados diretos no Brasil e no México. A partida das duas plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras ("Unigel Agro"), levou a Unigel a ampliar sua base de talentos, gerando mais 458 empregos diretos nos últimos dois anos.

COMPENSAÇÃO, INCENTIVOS E PROGRAMAS

A Companhia considera sua política de recursos humanos como parte integrante de sua estratégia empresarial, visando assegurar: remuneração em linha com o mercado; condições de atrair e reter os profissionais para a Companhia; definição de uma estrutura de cargos e salários adequada aos processos organizacionais e o fornecimento de uma base de conduta para que o colaborador conheça suas atribuições e responsabilidades.

Temos um programa de metas e gestão para alinhar nossos objetivos estratégicos e alcançar melhores resultados. Essas metas são compartilhadas em todos os níveis organizacionais, otimizando a disseminação das diretrizes da Companhia, pois todos os nossos funcionários desempenham um papel importante no desenvolvimento de nossa gestão estratégica de negócios.

Nesse sentido, adotamos e aplicamos uma filosofia de gerenciamento de pessoal que enfatiza uma estrutura de remuneração relacionada ao desempenho. Nossos funcionários são recompensados quando alcançamos nossos objetivos anuais por meio de nosso programa de participação nos lucros. Os membros do nosso Conselho de Administração não participam deste programa.

AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 e ao Ofício Circular SNC/SEP nº 01/2007, a Companhia informa que, durante o ano de 2021, a KPMG Auditores Independentes Ltda., realizou serviços de auditoria independente relacionados às Demonstrações financeiras de 2021.

A política da Companhia junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria independente, está fundamentada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar para o seu cliente. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2021, a KPMG Auditores Independentes Ltda., prestou serviços de auditoria independente na Companhia. No período findo em 31 de dezembro de 2021, não foram contratados outros serviços que não aqueles relacionados à auditoria externa.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, tais como volume de vendas, número de funcionários, entre outros, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	473	120	849.338	624.039
Contas a receber de clientes	8	-	-	488.392	207.865
Estoques	9	-	-	950.014	369.490
Partes relacionadas	10	-	4	-	-
Dividendos a receber	10	4.218	4.218	-	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	42	34	187.867	115.764
Imposto de renda e contribuição social	-	54	186	33.874	25.938
Despesas antecipadas	-	170	324	10.173	8.023
Adiantamentos a fornecedores	-	63	137	123.777	47.109
Operações com derivativos	31	-	-	26.621	48.628
Créditos contratuais	27	-	-	2.489	1.555
Outros ativos	-	824	215	17.441	10.750
Total do ativo circulante	-	5.844	5.238	2.689.986	1.459.161
Não circulante					
Partes relacionadas	10	3.049	1.445	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	94	-
Impostos e contribuições a recuperar	11	-	-	233.616	5.157
Impostos diferidos	12	-	-	645.464	602.875
Depósitos judiciais	20	-	-	16.209	16.170
Operações com derivativos	31	-	-	129.398	86.659
Créditos contratuais	27	-	-	3.359	3.359
Outros ativos	-	13.519	4.195	33.765	19.520
Propriedades para investimento	-	-	6.300	-	10.300
Investimentos	13	2.412.179	1.555.034	-	-
Imobilizado	14	3.938	7.499	1.915.744	1.349.317
Direito de uso	15	17.379	7.524	409.249	355.993
Intangível	-	5.579	3.027	16.349	8.035
Total do ativo não circulante	-	2.455.643	1.585.024	3.403.247	2.457.385
Total do ativo	-	2.461.487	1.590.262	6.093.233	3.916.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(EM MILHARES DE REAIS)

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	190	170	332.623	402.667
Fornecedores	17	2.717	2.052	766.135	374.619
Passivo de arrendamento	15	4.869	5.243	96.387	79.659
Imposto de renda e contribuição social	-	12	9	34.470	1.197
Dividendos a pagar	10	182.349	19.938	182.349	19.938
Partes relacionadas	10	79	53	-	-
Impostos e contribuições a pagar	18	98	80	34.957	36.680
Salários e encargos	-	-	180	74.440	34.111
Adiantamentos de clientes	-	-	-	84.129	83.008
Operações com derivativos	31	-	-	149.095	-
Provisões diversas	-	135	-	102.747	57.169
Outros passivos	-	470	192	8.041	4.246
Total do passivo circulante	-	190.919	27.917	1.865.373	1.093.294
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	385	574	2.991.511	2.197.712
Passivo de arrendamento	15	13.975	3.322	358.582	308.867
Partes relacionadas	10	1.460.745	1.383.813	144	-
Impostos e contribuições a pagar	18	-	-	51.142	90.421
Impostos diferidos	12	117.137	117.137	117.137	117.137
Benefícios pós-emprego	19	-	-	38.670	39.285
Provisão para contingências	20	-	16	9.748	11.988
Provisão para perda nos investimentos	13	18.819	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	1.419	359
Total do passivo não circulante	-	1.611.061	1.504.862	3.568.353	2.765.769
Patrimônio líquido	21	-	-	-	-
Capital social	-	276.185	276.185	276.185	276.185
Reservas de lucros	-	693.115	12.130	693.115	12.130
Ajustes de avaliação patrimonial	-	(309.793)	(230.832)	(309.793)	(230.832)
Total do patrimônio líquido	-	659.507	57.483	659.507	57.483
Total do passivo e patrimônio líquido	-	2.461.487	1.590.262	6.093.233	3.916.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita líquida	22	-	-	7.650.867	3.233.235
Custo dos produtos vendidos	23	-	-	(5.968.949)	(2.736.112)
Lucro bruto	-	-	-	1.681.918	497.123
Despesas com vendas	23	-	-	(53.823)	(39.334)
Despesas Administrativas e gerais	23	(6.882)	(5.764)	(143.735)	(114.314)
Provisão com impairment de ativos financeiros	8	-	-	(3.596)	(1.480)
Outras (despesas) receitas operacionais	24	1.373	(47)	215.175	7.413
Receitas (despesas) operacionais	-	(5.509)	(5.811)	14.021	(147.715)
Equivalência patrimonial	13	888.376	6.487	-	-
Resultado antes dos resultados financeiros e impostos	-	882.867	676	1.695.939	349.408
Receitas financeiras	-	-	278	28.738	42.660
Despesas financeiras	-	(694)	(7.939)	(481.027)	(417.653)
Resultado financeiro líquido	25	(694)	(7.661)	(452.289)	(374.993)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	-	882.173	(6.985)	1.243.650	(25.585)
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-	-	-	(156.964)	(30.176)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-	-	-	(204.513)	48.776
Imposto de renda e contribuição social	12	-	-	(361.477)	18.600
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	882.173	(6.985)	882.173	(6.985)
Lucro (prejuízo) líquido por ação- R\$	30	-	-	2,12932	(0,01686)
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício	-	-	-	414.297.488	414.297.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.



DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	882.173	(6.985)	882.173	(6.985)
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - ajustes de conversão	55.513	131.575	55.513	131.575
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa	(106.055)	(322.382)	(106.055)	(322.382)
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	(6.136)	-	(6.136)	-
Ganho (Perdas) atuariais dos planos de benefício definido	492	(4.161)	492	(4.161)
Resultados abrangentes totais	825.987	(201.953)	825.987	(201.953)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2021	276.185	3.092	9.038	(230.832)	-	57.483
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	882.173	882.173
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	-	(22.775)	22.775	-
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior - ajustes de conversão	-	-	-	55.513	-	55.513
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	-	-	-	(6.136)	-	(6.136)
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(106.055)	-	(106.055)
Ganhos atuariais dos planos de benefício definido (líquido de impostos)	-	-	-	492	-	492
Destinações						
Reserva legal	-	45.248	-	-	(45.248)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(214.925)	(214.925)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(9.038)	-	-	(9.038)
Proposta de capitalização dos lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios (nota 21)	-	-	644.775	-	(644.775)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	276.185	48.340	644.775	(309.793)	-	659.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (EM MILHARES DE REAIS)

	Capital Social	Reserva de lucros		Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 1º de janeiro de 2020	276.185	2.458	104.270	(16.194)	-	366.719
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(6.985)	(6.985)
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributários	-	-	-	(19.670)	19.670	-
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior - ajustes de conversão	-	-	-	131.575	-	131.575
Perdas não realizadas de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(322.382)	-	(322.382)
Perdas atuariais dos planos de benefício definido	-	-	-	(4.161)	-	(4.161)
Destinações						
Reserva legal	-	634	-	-	(634)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.013)	(3.013)
Dividendos adicionais aprovados	-	-	(104.270)	-	-	(104.270)
Dividendos adicionais propostos	-	-	9.038	-	(9.038)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	276.185	3.092	9.038	(230.832)	-	57.483

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		882.173	(6.985)	882.173	(6.985)
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	22	6.765	5.701	219.207	149.137
Juros provisionados e AVP de arrendamentos	15	476	677	32.976	33.543
Provisões para contingências	20	(16)	-	9.893	31.842
Provisão (reversão) para perdas e obsolescência dos estoques	9	-	-	5.540	4.053
Impostos diferidos	12	-	-	204.513	(48.776)
Provisão para perdas de créditos estimada	8	-	-	3.596	1.480
Resultado das operações com derivativos	-	-	-	(81.837)	(279.991)
Juros provisionados e variação cambial	-	75	93	452.593	542.255
Juros sobre impostos parcelados	25	-	-	1.570	4.497
Resultado na venda de ativos imobilizados	24	-	-	1.180	925
Resultado de equivalência patrimonial	24	(888.376)	(6.487)	-	-
Provisão de impairment	24	72	-	36.813	-
ICMS na base do PIS/COFINS	13	-	-	(240.325)	-
Juros de fornecedores	24	-	-	2.075	-
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	25	-	-	(10.741)	-
		1.169	(7.001)	1.519.226	431.980
Variações em:					
Contas a receber de clientes	8	-	-	(286.200)	(48.378)
Estoques	9	-	-	(567.390)	(49.509)
Impostos e contribuições a recuperar	11	132	(125)	(182.693)	8.419
Créditos contratuais	27.2	-	-	(934)	-
Demais ativos de curto e longo prazo	-	(15.985)	(2.758)	(99.979)	11.655
Fornecedores	17	314	574	391.830	109.448
Impostos e contribuições a pagar	18	157	232	160.317	63.572
Demais passivos de curto e longo prazo	-	233	-	194.689	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		(13.980)	(9.078)	1.128.866	527.187
Juros pagos empréstimos e financiamentos	16	(75)	(245)	(316.725)	(232.555)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(105.868)	(24.009)
Fluxo de caixa líquido atividades operacionais		(14.055)	(9.323)	706.273	270.623
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	(762)	(3.328)	(755.089)	(223.654)
Aquisição de participação societária	13	-	(1.000)	-	(1.000)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	14	-	-	(5.335)	5.201
Empréstimos e adiantamentos realizados a partes relacionadas	10	(2.092)	(6.899)	(57.244)	(17.214)
Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento		(2.854)	(11.227)	(806.998)	(236.667)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Captação de empréstimos e financiamentos	16	-	-	1.329.448	358.283
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	(169)	-	(845.921)	(85.242)
Pagamentos de derivativos	-	-	-	(51.187)	(2.103)
Pagamentos de arrendamento	15	(4.767)	(6.631)	(105.310)	(77.890)
Empréstimos e adiantamentos de caixa tomados de (realizados para) partes relacionadas	10	22.198	14.856	-	-
Fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento		17.262	8.225	327.030	193.048
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa		353	(12.325)	226.305	227.004
Demonstrativo de mudanças de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro	7	120	12.445	624.039	382.252
Ajustes de conversão		-	-	(1.006)	14.783
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	7	473	120	849.338	624.039

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (EM MILHARES DE REAIS)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receitas	1.373	-	8.700.054	3.648.204
Vendas de mercadoria e produtos	-	-	8.449.623	3.649.684
Outras receitas	1.373	-	254.027	-
Provisão com impairment de ativos financeiros	-	-	(3.596)	(1.480)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)	(117)	(110)	(6.636.185)	(2.950.345)
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-	-	(6.051.517)	(2.608.703)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-	(63)	(326.391)	(272.257)
Recuperação (perda) de valores ativos	-	-	(1.182)	(925)
Outros	(117)	(47)	(257.095)	(68.460)
Valor adicionado bruto	1.256	(110)	2.063.869	697.859

Continua ►

Depreciação, amortização e exaustão	(2.050)	(1.202)	(146.939)	(100.838)
Depreciação de ativos de direito de uso	(4.715)	(4.499)	(72.268)	(48.299)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(5.509)	(5.811)	1.844.662	548.722
Valor adicionado recebido em transferência	888.376	6.765	28.738	42.660
Resultado de equivalência patrimonial	888.376	6.487	-	-
Receitas financeiras	-	278	28.738	42.660
Valor adicionado total a distribuir	882.867	954	1.873.400	591.382
Distribuição do valor adicionado	882.867	954	1.873.400	591.382
Pessoal	-	-	320.953	211.347
Remuneração direta	-	-	185.169	117.030
Benefícios	-	-	54.514	33.613
F.G.T.S	-	-	8.010	5.076
Outros	-	-	73.260	55.628
Impostos, taxas e contribuições	189	-	212.913	(10.964)
Federais	189	-	243.053	8.431
Estaduais	-	-	(30.208)	(19.465)
Municipais	-	-	68	70
Remuneração de capitais de terceiros	505	7.939	457.361	397.984
Juros	29	7.262	404.394	350.583
Aluguéis	476	677	32.976	33.543
Outras receitas	-	-	19.991	13.858
Remuneração de capital próprio	882.173	(6.985)	882.173	(6.985)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	882.173	(6.985)	882.173	(6.985)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (EM MILHARES DE REAIS, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada “Unigel” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima, de capital fechado, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Avenida Engenheiro Luís Carlos Berrini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominadas como “Grupo”), que são sociedades anônimas de capital fechado, com exceção da Unigel Distribuidora que é uma empresa limitada.

A Companhia atua como empresa “holding” sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos na cadeia de acrílicos, estirênicos e fertilizantes (“Agro”). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel O qual foi constituído em 1964.

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo é formado pelas seguintes empresas controladas:

Empresas	País	% Participação	
		31/12/2021	31/12/2020
Proquigel Química S.A.	Brasil	99,9%	99,9%
Unigel Distribuidora Ltda.	Brasil	99,9%	99,9%
Unigel Luxembourg S.A.	Luxemburgo	99,9%	99,9%
Unigel Comercializadora de Energia Elétrica S.A.	Brasil	99,9%	99,9%
Unigel Plásticos S.A.	Brasil	99,9%	99,9%
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	99,9%
Unigel Inc.	EUA	99,9%	99,9%
Plastiglas de México, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%
Unigel Holdings, S.A. de C.V. e subsidiárias:	México	99,9%	99,9%
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%
Metacril, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%
Distribuidora de Productos Plastiglas, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%

1.1 Movimentações societárias

A composição societária do Grupo não sofreu alterações em relação a 31 de dezembro de 2020.

1.2 Situação da pandemia da COVID-19

O Grupo continua monitorando os desdobramentos da pandemia da COVID-19 com o apoio de um Comitê interno multidisciplinar de gerenciamento de crise específico, para tratar do tema, e permanece aplicando ações preventivas para minimizar qualquer impacto futuro destacando-se os seguintes aspectos:

I. Cuidados com os colaboradores

Os segmentos de atuação do Grupo são considerados essenciais não tendo suas operações interrompidas e vem seguindo as determinações das legislações Municipais e Estaduais das localidades onde estão situados os seus parques fabris, sempre alinhadas às diretrizes da OMS. Nas dependências administrativas, devido ao aumento de casos de infecções por COVID-19 e influenza (H3N2), foi suspenso, temporariamente, o acesso aos escritórios, adotando-se o regime de *Home Office*.

II. Impactos econômico-financeiros

A Companhia já ultrapassou os mais expressivos impactos negativos ocasionados pela COVID-19, contudo, devido à incerteza quanto à duração da pandemia, a administração revisa, periodicamente, suas análises gerenciais com o objetivo de antecipar eventuais mudanças nos cenários econômico e operacionais das empresas do Grupo, com o objetivo de caso necessário, adotar medidas preventivas a fim de evitar ou atenuar efeitos adversos. Até o momento não foram identificados riscos que possam impactar negativamente as operações, o caixa e a liquidez das empresas do Grupo, ou ainda, causar o descumprimento de *covenants*.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como “Controladora” e “Consolidado” respectivamente, foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* e, também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), assim como as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela Administração em 9 de março de 2022.

Todas as avaliações e informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, Luxemburgo e Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 6.1 - Consolidação: determinar se o Grupo detém de fato o controle sobre as investidas;
- Nota explicativa nº 6.15 – Prazo do arrendamento: se o Grupo tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação previstas.

4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2021, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 12 - Impostos diferidos: O Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados.
- Nota explicativa nº 14 - Imobilizado: O Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pessoal técnico interno.
- Nota explicativa nº 19 - Benefícios pós-emprego: principal premissa atuarial.
- Nota explicativa nº 20 - Contingências: reconhecimento e mensuração de contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos.

4.3 Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, com reporte diretamente ao Diretor de Controladoria.

A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação, se identificadas, são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs* para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* inobserváveis).

Se os *inputs* usados para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo estiverem em diferentes níveis da hierarquia de valor justo, então a mensuração do valor justo é classificada inteiramente no mesmo nível hierárquico do *input* de menor nível que é significativo para a mensuração como um todo.

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 27 – Instrumentos financeiros.

5. BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;
- As propriedades para investimento são mensuradas pelo valor justo;
- O ativo ou passivo líquido de benefícios pós emprego definido é reconhecido como o valor justo dos ativos do plano, deduzido do valor presente da obrigação do benefício definido.

6. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo foram aplicadas consistentemente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

6.1 Base de consolidação

I. Subsidiárias

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixar de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

II. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

III. Perda de Controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

6.2 Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis

I. Transações em moedas estrangeiras

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pela taxa histórica na moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

No entanto, as diferenças resultantes da conversão dos seguintes itens são reconhecidas em ORA – Outros Resultados Abrangentes: qualificação do *hedge* de fluxo de caixa na medida em que o *hedge* é efetivo.

II. Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior, são convertidos para o Real às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para o Real, às taxas médias mensais.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes em ajustes de avaliação patrimonial.

6.3 Instrumentos financeiros

I. Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

II. Classificação e mensuração subsequente

A. Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio do Resultado - VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas os pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que, de outra forma, atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

B. Ativos financeiros - Avaliação por modelo de negócio

O Grupo realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados a saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Grupo;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros, em transações que não se qualificam para o desreconhecimento, não são consideradas vendas de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

C. Ativos financeiros - avaliação se os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de principal e juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo);
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Termos contratuais que possam ajustar a taxa de juros de um ativo.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

D. Ativos financeiros – mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros ao VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

E. Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Veja a nota explicativa 27.4 sobre os passivos financeiros designados como instrumentos de *hedge*.

III. Desreconhecimento

A. Ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

O Grupo realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

B. Passivos financeiros

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

IV. Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

V. Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

O Grupo designa certos derivativos como instrumentos de *hedge* para proteção de determinados passivos financeiros não derivativos.

No início das relações de *hedge* designadas, o Grupo documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de *hedge*. O Grupo também documenta a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* compensem-se mutuamente.



VI. Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Com relação às outras transações objeto de *hedge*, o valor acumulado na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso o *hedge* deixe de atender aos critérios de contabilização de *hedge*, ou o instrumento de *hedge* expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos *hedges* de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de *hedge* permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de *hedge* de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros *hedges* de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de *hedge* afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de *hedge* não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de *hedge* e o custo da reserva de *hedge* são imediatamente reclassificados para o resultado.

VII. Derivativos embutidos

Derivativos embutidos são componentes de um contrato híbrido que inclui também um componente principal não derivativo fazendo com que a totalidade ou parte dos fluxos de caixa do contrato principal seja modificada. O Grupo avaliou a existência e a necessidade de separação de derivativos embutidos em todos os seus contratos e, quando necessária a separação, efetuou a mensuração destes derivativos utilizando as mesmas práticas adotadas para outros derivativos que o Grupo possui.

6.4 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo ponderado médio. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade normal de operação.

O valor realizável líquido é a estimativa entre o valor de venda usual no curso normal dos negócios, deduzido dos custos de fabricação e venda.

6.5 Imobilizado

6.5.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os grupos de terrenos, edificações, equipamentos, instalações industriais e dependências, são demonstrados pelo custo de aquisição acrescido da mais valia resultando do custo atribuído (*deemed cost*), em conformidade com o Pronunciamento Técnico 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado emitidos pelo CPC, com base em avaliações efetuadas por avaliadores independentes, deduzida a subsequente depreciação, exceto para terrenos.

Os custos de ativos construídos pelo Grupo incluem materiais e mão de obra direta, assim como quaisquer outros custos necessários para o transporte e operacionalização do ativo da maneira esperada pela administração.

Compras de software que são necessárias para a funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

6.5.2. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

6.5.3. Depreciação

Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar da forma idealizada pela Administração.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado do Grupo ao final do exercício são as seguintes:

Edifícios	5,26% a.a.
Máquinas e equipamentos	7,29% a.a.
Instalações, ferramentas e instrumentos	4,25% a.a.
Equipamentos de TI	5,06% a.a.
Veículos	20% a.a.
Móveis e utensílios	9,43% a.a.
Materiais de reposição (i)	7,56% a.a.
Benfeitorias em bens próprios	3,39% a.a.

I. Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

6.5.4. Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada contabilmente para a rubrica de propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração inicial é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes.

6.5.5. Redução ao valor recuperável (Impairment)

I. Ativos financeiros não-derivativos

O Grupo reconhece provisões para perdas de crédito esperadas (PCE) sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de *default* que podem ocorrer em toda a vida do instrumento.

O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias.

O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso.

O Grupo avalia as contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna apurada pelo Comitê de Crédito.

O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é altamente provável que a contraparte não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, sem o Grupo recorrer as garantias (se houver); ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias.

Mensuração das PCEs - As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação - Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa - O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

II. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado.

6.6 Benefícios a empregados

I. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

II. Planos de contribuição definida

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível.

III. Planos de benefício definido

A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano.

O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis.

Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado.

Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio Líquido.

6.7 Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado da Companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão realizados.

O Grupo reconhece receitas de incentivos estaduais oriundos do DESENVOLVE (Bahia) e PSDI, (Sergipe), e incentivos Federais referentes ao REIQ, Redução de Imposto de Renda (região da SUDENE) e REINTEGRA, ver nota explicativa nº 28.

6.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores, variações cambiais ativas e outras receitas financeiras.

As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de fornecedores, resultado de derivativos, variações cambiais passivas e outras despesas financeiras.

I. Reconhecimento das receitas financeiras

As receitas consideram-se realizadas:

- nas transações com terceiros, quando estes efetuarem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à Companhia, quer pela fruição de serviços por esta prestados;
- quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior;
- pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros;

II. Reconhecimento das despesas financeiras

Consideram-se incorridos os gastos:

- quando deixar de existir o correspondente valor ativo, por transferência de sua propriedade para terceiro;
- pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo;
- pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda.

6.9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.



As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido.

I. Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social corrente

As despesas ou receitas de imposto corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e são registradas no resultado do exercício, respectivamente, contra passivos fiscais a pagar ou ativos fiscais a recuperar.

II. Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social diferido

As receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado do exercício contra ativos e passivos fiscais diferidos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos, em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os autorizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são reconhecidos com o objetivo de serem compensados com imposto de renda e contribuição social sobre lucros tributáveis futuros, limitado a 30% destes lucros em cada exercício.

Um ativo fiscal diferido somente é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão utilizados.

Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios acima forem atendidos.

6.10 Provisões

Uma provisão é criada quando o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado, que pode ser estimado de forma confiável e é provável que uma saída de fundos seja necessária para liquidar a obrigação.

6.11 Receita de contrato com cliente

A receita é medida com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente.

As informações a seguir fornecem informações sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente:

I. Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo prazos de pagamento significativos

Os clientes obtêm o controle dos produtos de Estirênicos, Acrílicos e Agro, conforme apresentado no item 6.11.(ii), "Reconhecimento de Receita". Os prazos de pagamento de faturas são determinados com base em uma análise de crédito realizada para cada cliente individualmente.

Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base na negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantia de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os clientes que anteciparem o pagamento.

Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação.

II. Reconhecimento de Receita – CPC 47 / IFRS 15

A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente em suas instalações com base nos seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas premissas do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete (cost insurance and freight)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias chegam ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	Free on board	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

6.12 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social.

6.13 Lucro ou prejuízo por ação

O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possui nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados.

6.14 Demonstrações do valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira adicional.

6.15 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos

I. Definição de arrendamento

O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento quando ele transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16.

No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do mesmo a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais.

II. Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17

Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no encerramento do último exercício contábil.

A taxa de desconto foi calculada construindo uma curva de taxa de juros baseada no Bond do Grupo e Bonds de empresas comparáveis como vencimentos no intervalo de 5 a 10 anos, sendo os Bonds das empresas comparáveis ajustadas pelo spread médio, diferenças de classificação de cenário e qualquer outro spread específico de risco identificado. Para o primeiro ponto (D + 1) da curva, a taxa média efetiva de empréstimos e financiamentos do Grupo foi utilizada sem ajustes. Para os pontos além de 10 anos, os títulos do governo brasileiro foram utilizados ajustado pelo spread histórico do Bond do Grupo em relação aos Títulos do governo brasileiro com data de vencimento similar.

Esses pontos futuros foram exponencialmente interpolados para construir uma curva de taxa de desconto com taxas de referência para todas as datas de pagamento. Essa curva foi usada para descontar todos os fluxos de caixa projetados na base de contratos de arrendamento operacional.

Os ativos de direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados.

O Grupo não identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso.

6.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As emissões/ alterações de normas IFRS efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2022 não tiveram impactos nas demonstrações individuais e consolidadas do exercício de 2021. O Grupo também não adotou antecipadamente essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não espera que terão um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2022 do Grupo:

I. Contratos onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25 / IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo não espera efeitos significativos decorrentes da adoção da nova norma em 2022.

II. Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações do CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. O Grupo ainda está avaliando os impactos da adoção da nova norma.

III. Outras normas

Não se espera que as seguintes novas normas e normas alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- Revisão anual das normas IFRS 2018-2020.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em certificados de depósitos bancários (CDBs) para as empresas localizadas no Brasil e depósitos overnight para subsidiárias no México e Luxemburgo. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa em bancos em Reais	473	120	78.245	40.013
Caixa em bancos em Dólares	-	-	354.023	280.237
Certificados de depósitos bancários ⁽¹⁾	-	-	366.801	281.963
Investimentos de curto prazo em moeda estrangeira ⁽²⁾	-	-	50.269	21.826
	473	120	849.338	624.039

⁽¹⁾ Investimentos em certificados de depósitos bancários - CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 99,50% a.a. (99% a.a. em 31 de dezembro de 2020) da CDI. Estes investimentos podem ser resgatados a qualquer momento sem prejuízo da remuneração já apropriada.

⁽²⁾ Investimentos com liquidez diária em pesos mexicanos com taxa média de 3,6% a.a. (7,15% a.a. em 31 de dezembro de 2020).

A análise do risco de crédito e mercado dos bancos que mantêm o caixa e equivalentes de caixa com o Grupo estão divulgados na nota explicativa nº 27.3 – Estrutura de gerenciamento de risco.

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Mercado interno	330.172	115.390
Mercado externo	189.362	131.570
Partes relacionadas (Nota 10)	17.426	3.996
	536.960	250.956
(-) Perda de crédito estimada	(48.568)	(43.091)
	488.392	207.865

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, de 30 dias, razão pela qual o valor os títulos a receber corresponde ao seu valor justo. A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes por meio da alienação de títulos para fundos destinadas à aquisição de recebíveis. Essas operações são realizadas integralmente sem direito de regresso e com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pela qual os títulos são baixados no momento da operação. Em 31 de dezembro de 2021, o montante de juros de R\$ 24.160 (R\$ 18.129 em 31 de dezembro de 2020), registrados na rubrica de despesas de juros sobre empréstimos bancários (nota 25 - Despesas financeiras).

Perda de crédito estimada de contas a receber: refere-se a perda estimada individualizada para a vigência do contrato exceto se houver garantia ou, se na visão do comitê de crédito do Grupo, houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação.

Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	436.739	182.642
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	43.852	15.315
Entre 31 e 60 dias	3.809	5.116
Entre 61 e 90 dias	2.053	706
Acima de 90 dias	50.507	47.177
	536.960	250.956

As movimentações da provisão para perda de crédito estimada estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(43.091)	(37.349)
Adições	(3.596)	(2.061)
Baixas	144	1.123
Reversões	-	551
Variação cambial	(1.654)	(5.024)
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(371)	(361)
Saldo final	(48.568)	(43.091)

A análise do risco de crédito e mercado dos clientes estão divulgados na nota explicativa nº 27.3 – Estrutura de gerenciamento de risco.

9. ESTOQUES

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Produto acabado	418.461	132.020
Produto em processo	3.490	5.230
Matérias primas	212.132	107.660
Materiais secundários	61.906	29.542
Almoxarifado	97.038	72.482
Estoques em trânsito	72.344	188
Estoques em poder de terceiros	84.643	22.368
	950.014	369.490

Os itens de estoques são apresentados ao custo ou seu valor realizável líquido, dos dois, o menor, entretanto apenas os produtos acabados possuem provisão para valor realizável líquido. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o valor de R\$ 2.612 (R\$ 3.636 em 31 de dezembro de 2020) foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos.



A movimentação da provisão para o valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	(3.636)	(2.132)
Adições e reversões	(5.540)	(4.053)
Baixas	6.577	2.684
Ajustes de conversão – subsidiárias no exterior	(13)	(135)
Saldo final	(2.612)	(3.636)

Nos exercícios apresentados não havia estoques dados em garantia para empréstimos e financiamentos.

10. PARTES RELACIONADAS

10.1 Saldos patrimoniais

	Controladora				
	31/12/2021				
	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	Dividendos ⁽¹⁾	Conta Corrente ⁽²⁾	Conta Corrente ⁽²⁾	Dividendos	Conta Corrente ⁽²⁾
Cigel Participações S.A.	-	-	-	(182.349)	-
Unigel Plásticos S.A.	4.218	2.483	-	-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.083.123)
Proquigel Química S.A.	-	2	-	-	(342.479)
Unigel Distribuidora Ltda.	-	5	-	-	(35.143)
Plástigos de Mexico S.A. de C.V.	-	559	(27)	-	-
Outras coligadas	-	-	(52)	-	-
	4.218	3.049	(79)	(182.349)	(1.460.745)

	Controladora				
	31/12/2020				
	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
	Dividendos ⁽¹⁾	Conta Corrente ⁽²⁾	Conta Corrente ⁽²⁾	Dividendos ⁽¹⁾	Conta Corrente ⁽²⁾
Cigel Participações S.A.	-	-	-	(19.938)	-
Unigel Plásticos S.A.	4.218	-	1.268	-	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	-	-	-	(1.007.021)
Proquigel Química S.A.	-	-	-	-	(340.281)
Unigel Distribuidora Ltda.	-	4	-	-	(36.511)
Outras coligadas	-	-	177	(53)	-
	4.218	4	1.445	(53)	(1.383.813)

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Ativo		Passivo		
	Circulante	Não-Circulante	Circulante	Não-Circulante	
	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Dividendos	Fornecedores	Partes relacionadas
Cigel Participações S.A.	-	-	(182.349)	-	(144)
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	17.426	-	-	-	-
Ergotrans Participações Ltda.	-	45.724	-	(209)	-
	17.426	45.724	(182.349)	(209)	(144)

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Ativo		Passivo	
	Circulante	Circulante	Circulante	
	Contas a receber	Adiantamento a fornecedores	Dividendos ⁽¹⁾	Fornecedores
Cigel Participações S.A.	-	-	(19.938)	-
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	3.996	-	-	-
Ergotrans Participações Ltda.	-	13.794	-	(393)
	3.996	13.794	(19.938)	(393)

(1) Dividendos a serem pagos ou recebidos em 12 meses de acordo com a disponibilidade de caixa.
(2) Os valores classificados como conta corrente são referentes a transações de caixa entre as empresas do Grupo suportadas por contratos com prazo de validade indeterminado ou com renovação automática e são denominados como "Contratos de Conta Corrente". Nestes contratos, as partes estabeleceram que não haverá cobrança de juros nem prazo para devolução dos montantes. Desta forma, por tratar-se de operações entre partes relacionadas, sem previsão de restituição ou quitação, o Grupo classificou estes montantes no longo prazo.

Os saldos demonstrados em contas a receber referem-se a vendas de produtos a partes relacionadas e os saldos estão referenciados na nota explicativa nº 8 – contas a receber, assim como, os montantes demonstrados em fornecedores são referentes a aquisições de serviços, também de partes relacionadas, e estão destacados na nota explicativa nº 17.

10.2 Transações entre empresas do mesmo grupo econômico

A seguir estão demonstradas as transações entre as empresas do Grupo Unigel. A totalidade destas transações foram eliminadas do resultado do período e do balanço patrimonial consolidado.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Companhia Brasileira de Estireno	1.289.146	141.080	(1.194.315)	(153.241)
Unigel Acrílicos S.A. de CV	7.224	4.222	-	-
Unigel Distribuidora Ltda.	1.116.081	121.884	(1.051.411)	(62.193)
Unigel Plásticos S.A.	53.009	56.365	(28.856)	(17.991)
Proquigel Química S.A.	78.258	31.858	(269.136)	(121.984)
	2.543.718	355.409	(2.543.718)	(355.409)

A seguir estão demonstradas as transações comerciais com empresas consideradas ligadas ao Grupo Unigel.

	Consolidado			
	Montante transacionado			
	Vendas		Compras	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
CPE - Compostos Plásticos de Engenharia Ltda.	68.351	50.997	-	(20.767)
Ergotrans Participações Ltda.	-	-	(162.184)	(95.812)
	68.351	50.997	(162.184)	(116.579)

Adicionalmente, a Companhia apropriou despesas de juros com empréstimos de partes relacionadas no valor de R\$ 242.999 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 182.929 em 31 de dezembro de 2020). Estes empréstimos de partes relacionadas são originários do repasse de valores para as companhias operacionais do Grupo referidas à captação do *Bond* feito pela Unigel Luxemburgo e foram realizados em condições semelhantes às condições pactuadas na referida captação de mercado para juros e prazos. A totalidade dos juros apropriados foram eliminados no processo de consolidação.

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Companhia Brasileira de Estireno	132.814	92.718
Proquigel Química S.A.	99.379	90.211
Unigel Plásticos S.A.	5.403	-
Unigel Distribuidora S.A.	5.403	-
	242.999	182.929

10.3 Transações com pessoal-chave da administração

O valor agregado das transações com o pessoal-chave da administração está descrito abaixo:

	Consolidado	
	Período de 12 meses findo em:	
	31/12/2021	31/12/2020
Proventos e encargos sociais	15.487	9.078
Gratificações e encargos	1.178	733
Benefícios de curto prazo	16.665	9.811
Benefícios pós emprego	508	330
	17.173	10.141

O Grupo considerou como pessoal-chave da administração: (i) Diretores Estatutários e (ii) Membros do Conselho de Administração.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS exclusão do ICMS a recuperar ⁽¹⁾	225.782	-
ICMS ⁽²⁾	38.283	21.143
ICMS sobre imobilizado ⁽³⁾	11.886	7.238
IPI	3.766	5.414
INSS	4.641	4.851
PIS ⁽⁴⁾	15.192	8.038
COFINS ⁽⁴⁾	44.125	23.052
Programa REINTEGRA	13.313	14.442
VAT a recuperar	38.974	31.352
Outros	25.541	5.391
	421.483	120.921
Circulante	187.867	115.764
Não circulante ⁽¹⁾⁽³⁾	233.616	5.157

(1) Em 14 de maio 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), por meio do julgamento de embargos de declaração interposto pela União, fixou o entendimento de que o ICMS a ser excluído do Base de cálculo do PIS e do COFINS é o valor destacado na nota fiscal. Além disso, ficou decidido também a modulação dos efeitos desta decisão com repercussão geral a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais protocoladas até esta data. Em resumo, os contribuintes que não pleitearam a devolução dos valores terão direito a calcular e receber os créditos a partir da data da modulação, ou seja, 15 de março de 2017. Já os contribuintes que questionaram judicialmente a referida exclusão terão direito à devolução dos 5 últimos anos contados a partir da data de protocolo da ação. O Grupo ingressou com ação judicial em 07 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em de 05 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais e que não há, portanto, nenhum ajuste a ser reconhecido nas demonstrações financeiras emitidas até então, porém ficou assegurada o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os valores reconhecidos como pagamento indevido a maior foram atualizados pela SELIC no momento do reconhecimento.

(2) Os créditos acumulados de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS são decorrentes da compra de matérias primas. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações intercompany com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros.

(3) Os créditos de imobilizado são utilizados ao longo de um período que pode variar de 48 a 60 meses e, são classificados em circulante e não circulante conforme o caso.

(4) Os créditos de PIS e COFINS das empresas do Grupo advêm, basicamente, das operações de exportações, ou seja, a empresa adquire matérias-primas com impostos (crédito) e em uma parcela relevante de suas vendas destinadas à exportação sem incidência desses impostos (débito), gerando desta forma saldos credores. A equipe jurídica do Grupo vem implementando ações judiciais que permitem a monetização desses créditos. O Grupo monetizou R\$ 2.807 em 2021 (R\$ 3.376 em 31 de dezembro de 2020) em créditos de PIS, COFINS e IPI com base na portaria 348/2010 ("Linha Rápida"). Os assessores jurídicos do Grupo avaliam que este recurso continuará a ter sucesso. Além disso, as subsidiárias da Companhia calculam créditos decorrentes da exclusão do ICMS da base do PIS e COFINS desde 2017. O Grupo reconheceu os créditos após a decisão final e irrevogável do Supremo Tribunal Federal com repercussão geral. As subsidiárias da Companhia continuam registrando esses créditos mensalmente usando a mesma metodologia de cálculo discutida na ação que teve decisão favorável no tribunal, ou seja, os créditos são calculados com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social.

A Administração avalia se o imposto de renda diferido ativo pode ser realizado mediante apresentação de lucro tributável, tais como: potencial de compensação de prejuízos fiscais, reversão de diferenças temporárias tributáveis, oportunidades de planejamento tributário e projeção de lucros tributáveis futuros. As projeções de lucros tributáveis futuros são baseadas em suas estratégias corporativas e no cenário macroeconômico.

A movimentação do imposto de renda e a contribuição social diferidos é apresentado conforme segue:

	Consolidado						
	31/12/2021	DRE	ORA	31/12/2020	DRE	ORA	01/01/2020
Ativo							
Valores reconhecidos em ORA							
Benefício pós-emprego	9.167	-	5.731	3.436	-	-	3.436
Hedge accounting - variação cambial	286.024	(28.549)	239.683	74.890	(967)	75.857	-
Valores reconhecidos no resultado							
Perda de crédito estimada	11.467	1.279	-	10.188	-	-	10.188
Provisão para contingências	2.596	(8.647)	-	11.243	1	-	11.242
Provisão para perdas em investimentos	1.433	990	-	443	-	-	443
Variação cambial não realizada	148.190	64.940	-	83.250	64.318	-	18.932
Prejuízos fiscais acumulados	370.240	(124.220)	-	494.460	10.768	(9.340)	493.032
PIS/COFINS exclusão do ICMS	(76.048)	(76.048)	-	-	-	-	-
Provisão para perda estimada de estoques	467	180	-	287	-	-	287
Ganhos não realizados nos estoques	-	(132)	-	132	94	-	38
Frete	9.497	4.692	-	4.805	30	-	4.775
Derivativos	(127.207)	(83.010)	-	(44.197)	(49.034)	-	4.837
Operações no exterior	20.475	3.196	-	17.279	10.188	1.669	5.422
Impairment	4.955	4.955	-	-	-	-	-
Outras provisões	34.535	23.391	-	11.144	1.415	-	9.729
	695.791	(216.983)	245.414	667.360	36.813	68.186	562.361
Passivos							
Valores reconhecidos em ORA							
Custo atribuído	(48.950)	15.085	-	(64.035)	12.505	-	(76.540)
Valores reconhecidos em DRE							
Outras provisões	(1.377)	(2.615)	(399)	1.637	(542)	(2)	2.179
Valor justo – propriedades para investimentos	-	-	2.087	(2.087)	-	-	(2.087)
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	(117.137)	-	-	(117.137)
	(167.464)	12.470	1.688	(181.622)	11.963	(27)	(193.585)
Ativo diferido líquido	528.327	(204.513)	247.102	485.738	48.776	68.159	368.776
Ativo fiscal diferido	645.464	-	602.875	-	-	-	484.645
Passivo fiscal diferido	(117.137)	-	(117.137)	-	-	-	(115.869)
Ativo diferido líquido	528.327	-	485.738	-	-	-	368.776

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social contabilizadas no resultado é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.243.650	(25.585)
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(422.841)	8.699
Adições:		
Hedge accounting – realização da variação cambial	(15.509)	(28.064)
Juros não dedutíveis - subcapitalização	(31.777)	-
Preço de transferência	(11.528)	-
Tributação em bases universais – empresas no exterior	(14.485)	(1.159)
Outras adições permanentes	(2.556)	-
Exclusões:		
Benefícios fiscais - Reintegra (Nota 28.4)	698	268
Benefícios fiscais - Desenvolve (Nota 28.1)	59.454	25.243
Outras exclusões permanentes	20	-
Total	(438.524)	4.987
Alíquota efetiva	35%	19%
Outros ajustes:		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos ⁽¹⁾	(12.611)	4.880
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de períodos anteriores	(54.236)	8.733
Impostos pagos no exterior	20.818	-
Incentivo fiscal - SUDENE (Nota 28.3)	123.076	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do ano	(361.477)	18.600
Corrente	(156.964)	(30.176)
Diferido	(204.513)	48.776

(1) Esses saldos estão relacionados a prejuízos fiscais, base de cálculo negativas e diferenças temporárias históricas de empresas do Grupo que, pelas projeções atuais, no momento, não indicam geração de lucros tributáveis suficientes para compensar esses montantes em um horizonte de médio prazo. O saldo total de prejuízos fiscais, base de cálculo negativas e diferenças temporárias não reconhecidos até 31 de dezembro de 2021 está apresentado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Unigel Plásticos S.A.	77.830	55.816
Unigel Participações S.A.	12.012	-
Companhia Brasileira de Estireno	-	166.157
Proquigel Química S.A.	-	90.690
Unigel Distribuidora Ltda.	262	-
	90.104	312.663

13. INVESTIMENTOS

13.1 Movimentação dos investimentos:

	Companhia Brasileira de Estireno	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Unigel Distribuidora Ltda.	Unigel Plásticos S.A.	Unigel Com. de Energia S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.314.854	90.142	87.310	46.098	15.630	1.000	1.555.034
Resultado de equivalência patrimonial	572.050	320.995	33.081	7.196	(44.945)	(1)	888.376
Hedge de fluxo de caixa	(35.179)	(90.227)	-	8.855	10.496	-	(106.055)
Benefício pós-emprego	492	-	-	-	-	-	49

Demonstrações Financeiras 2021

13.2 Composição do capital

	Companhia Brasileira de Estireno		Proquigel Química S.A.		Unigel Luxemburgo S.A.		Unigel Distribuidora Ltda.		Unigel Plásticos S.A.		Unigel Com. de Energia S.A.		Total	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Capital social	629.291	629.291	459.636	459.636	127	127	62.372	62.372	98.831	98.831	1.000	1.000	1.251.130	1.251.257
Patrimônio líquido	1.902.517	1.314.854	320.910	90.142	130.833	87.310	62.150	46.098	(18.935)	15.749	999	1.000	2.398.474	1.555.153
Participação no capital social, no final do exercício - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Lucros nos estoques	(5.137)	-	-	-	-	-	-	-	(176)	(119)	-	-	(5.313)	(119)
Total do patrimônio líquido ajustado	1.897.383	1.314.854	320.910	90.142	130.833	87.310	62.150	46.098	(19.111)	15.630	999	1.000	2.393.164	1.555.034
Lucros nos estoques	(5.195)	-	-	-	-	-	-	-	(68)	(119)	-	-	(5.263)	(119)
Resultado do exercício	557.245	45.823	320.995	(63.888)	33.081	39.766	7.196	(5.919)	(44.877)	(9.176)	(1)	-	873.639	6.606
Participação no capital social, no final do período - %	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%	99,99%
Resultado de equivalência patrimonial	572.050	45.823	320.995	(63.888)	33.081	39.766	7.196	(5.919)	(44.945)	(9.295)	(1)	-	888.377	6.487

14. IMOBILIZADO

Custo	Consolidado											
	Edifícios	Máquinas e equipamentos	Instalações, ferramentas e instrumentos	Terrenos	Equipamentos de TI	Veículos	Móveis e utensílios	Benfeitorias	Materiais de reposição	Adiantamento a fornecedores de imobilizado	Imobilizado em andamento	Total
Saldo em 31/12/2019	213.728	1.251.402	844.992	111.923	22.803	2.349	10.461	28.326	2.491	4.881	193.802	2.687.158
Adições	-	808	-	-	-	284	-	-	-	1.279	220.785	223.156
Baixas	(60)	(316)	(301)	-	-	(287)	(1)	-	-	-	(5.548)	(6.513)
Transferências (1)	-	110.295	19.285	-	6.125	149	5.963	6.282	-	(2.159)	(146.917)	(977)
Efeito de conversão	10.879	59.137	681	2.385	1.897	119	255	-	-	-	7.778	83.131
Saldo em 31/12/2020	224.547	1.421.326	864.657	114.308	30.825	2.614	16.678	34.608	2.491	4.001	269.900	2.985.955
Adições	-	955	-	-	-	399	-	6	-	-	13.090	726.576
Baixas	(326)	(424)	(1.977)	-	(72)	(723)	-	-	-	-	(4.018)	(7.540)
Transferências (1)	12.461	162.973	622.305	2	8.639	(356)	18.543	3.535	-	-	(830.729)	(2.627)
Efeito de conversão	4.291	21.134	252	785	650	33	87	-	-	-	2.780	30.012
Saldo em 31/12/2021	240.973	1.605.964	1.485.237	115.095	40.441	1.568	35.314	38.143	2.491	17.091	164.509	3.746.826
Depreciação acumulada												
Saldo em 31/12/2019	(126.555)	(878.258)	(470.999)	-	(16.839)	(1.870)	(8.105)	(5.105)	(2.317)	-	-	(1.510.048)
Adições	(8.783)	(48.463)	(35.717)	-	(313)	(206)	(300)	(5)	(56)	-	-	(93.843)
Baixas	58	290	38	-	-	-	1	-	-	-	-	387
Transferências	-	(2.606)	1.640	-	1.010	-	(167)	123	-	-	-	-
Efeito de conversão	(5.730)	(25.680)	(207)	-	(1.334)	(56)	(127)	-	-	-	-	(33.134)
Saldo em 31/12/2020	(141.010)	(954.717)	(505.245)	-	(17.476)	(2.132)	(8.698)	(4.987)	(2.373)	-	-	(1.636.638)
Adições	(8.914)	(73.644)	(58.512)	-	(1.385)	(1.395)	(1.495)	(1.224)	(47)	-	-	(146.616)
Baixas	299	-	40	-	686	-	-	-	-	-	-	1.025
Transferências	2	3.200	(4.632)	-	(61)	1.486	24	(19)	-	-	-	-
Efeito de conversão	(1.999)	(9.398)	(112)	-	(473)	(22)	(36)	-	-	-	-	(12.040)
Saldo em 31/12/2021	(151.622)	(1.034.559)	(568.461)	-	(19.395)	(1.377)	(10.205)	(6.230)	(2.420)	-	-	(1.794.269)
Provisão para impairment	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.813)
Imobilizado líquido em 31/12/2019	87.173	373.144	373.993	111.923	5.964	479	2.356	23.221	174	4.881	193.802	1.177.110
Imobilizado líquido em 31/12/2020	83.537	466.609	359.412	114.308	13.349	482	7.980	29.621	118	4.001	269.900	1.349.317
Imobilizado líquido em 31/12/2021	89.351	571.405	916.776	115.095	21.046	191	25.109	31.913	71	17.091	164.509	1.915.744

O saldo remanescente em transferências está relacionado a transferência para intangíveis e a compensação de adiantamentos de fornecedores.

14.1 Teste de impairment

Em 2021 o Grupo avaliou, baseado em fontes de informação internas e externas, se unidades geradoras de caixa dos ativos fixos poderiam ter perdas de impairment e, baseado nessa avaliação, concluiu que existem indicativos de perda de valor.

Em dezembro de 2021, o Grupo realizou inventário e avaliação de ativos que chegou a um indicativo de perda de valor de R\$ 36.813 o qual foi provisionado como perda por impairment. O valor corresponde principalmente a planta de policarbonatos da controlada Unigel Plásticos que se encontrava hibernada.

Parte do imobilizado do Grupo está dado em garantia de operações de empréstimos. Para mais informações, veja a nota 29 – Garantias e Avalis.

15. DIREITO DE USO E PASSIVO DE ARRENDAMENTO

15.1 Direito de uso

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	77.610	98.737	9.975	186.322
Adições ⁽¹⁾	197.469	2.613	16.408	216.490
Baixas	-	-	(759)	(759)
Transferências	6.622	(6.622)	-	-
Ajuste de conversão	-	-	2.239	2.239
Depreciação	(9.225)	(28.743)	(10.331)	(48.299)
Saldo em 31 de dezembro 2020	272.476	65.985	17.532	355.993
Adições ⁽²⁾	79.632	8.891	34.096	122.619
Transferências	337	(545)	208	-
Ajuste de conversão	-	-	2.905	2.905
Depreciação	(28.376)	(29.458)	(14.434)	(72.268)
Saldo em 31 de dezembro 2021	324.069	44.873	40.307	409.249

(1) As adições devem-se pelas renovações contratuais das plantas de Poliestireno de São José dos Campos e latex do Guarujá.
(2) Adições referem-se substancialmente a remensurações contratuais.

15.2 Passivo de arrendamento

	Consolidado			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(91.848)	(107.106)	(15.053)	(214.007)
Adições ⁽¹⁾	(197.469)	(2.613)	(16.408)	(216.490)
Juros	(26.196)	(6.611)	(736)	(33.543)
Transferências	(9.389)	6.479	2.910	-
Ajuste de conversão	-	-	(2.376)	(2.376)
Pagamentos	31.860	33.066	12.964	77.890
Saldo em 31 de dezembro 2020	(293.042)	(76.785)	(18.699)	(388.526)
Adições ⁽²⁾	(92.742)	(8.891)	(34.096)	(135.729)
Juros	(28.003)	(4.489)	(484)	(32.976)
Transferências	(1.516)	276	1.240	-
Ajuste de conversão	-	-	(3.048)	(3.048)
Pagamentos	51.061	37.566	16.683	105.310
Saldo em 31 de dezembro de 2021	(364.242)	(52.323)	(38.404)	(454.969)
			31/12/2021	31/12/2020
Circulante			(96.387)	(79.659)
Não circulante			(358.582)	(308.867)
			(454.969)	(388.526)

(1) As adições devem-se pelas renovações contratuais das plantas de São José dos Campos e Guarujá.
(2) Adições referem-se substancialmente a remensurações contratuais.

15.3 Contraprestações futuras

A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

	31/12/2021			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Até 1 ano	51.384	40.885	7.380	99.649
de 2 a 5 anos	247.716	14.764	19.209	281.689
Acima de 5 anos	258.390	-	-	258.390
	557.490	55.649	26.589	639.728

	31/12/2020			
	Plantas industriais	Tanques e armazéns	Outros	Total
Até 1 ano	40.589	35.239	4.933	80.761
de 2 a 5 anos	156.515	49.859	4.927	211.301
Acima de 5 anos	306.923	-	-	306.923
	504.027	85.098	9.860	598.985

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Moeda	Tipo	Taxa	Consolidado			
			Valor	Taxa média ao ano	Valor	Taxa média ao ano
BRL	Financiamento	IPCA	25.804	15,70%	50.464	4,16%
		Pré-fixado	575	11,55%	1.925	4,46%
	Capital de giro	Pré-fixado	-	-	110.763	12,00%
		CDI	97.147	13,43%	95.824	7,90%
			123.526		258.976	
USD	Financiamento	Pré-fixado	2.910.465	8,75%	2.101.822	8,77%
		Pré-fixado	124.101	4,82%	87.441	3,91%
	Capital de giro	Libor	166.042	3,03%	148.945	3,31%
			3.200.608		2.338.208	
Peso	Capital de giro	Pré-fixado	-	-	3.195	8,45%
			3.324.134	8,51%	2.600.379	8,29%
			332.623		402.667	
			2.991.511		2.197.712	

16.1 Movimentação dos empréstimos

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	2.600.379	1.784.474
Captação de empréstimos e financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	1.329.448	358.283
Despesas de juros	324.482	229.729
Ganho (perda) por variação cambial no DRE	222.240	284.481
Ganho (perda) por variação cambial no ORA	(28.395)	224.624
Pagamento de principal	(845.921)	(85.242)
Juros pagos	(316.725)	(232.555)
Custos de transação	27.227	28.045
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior	11.399	8.540
Saldo final	3.324.134	2.600.379

(1) No primeiro trimestre de 2021 o Grupo concluiu o repag do bond de 2026 no valor de US\$ 110 milhões. O repag foi concluído por uma taxa de 7,329% a.a., e os valores captados foram utilizados para refinanciar débitos de curto prazo e para fins corporativos gerais. O valor apresentado está líquido dos custos de transação.
(2) No terceiro trimestre de 2020 o Grupo concluiu a captação de R\$ 95.000 de capital de giro através da controladora Proquigel Química S.A. O empréstimo é garantido por duplicatas no valor de R\$ 42.500, possui prazo de 12 meses e possui encargos vinculados a CDI acrescido de uma parcela pré-fixada. No mesmo período o Grupo também concluiu a captação de R\$ 50.000 de capital de giro, sendo R\$ 25.000 através da controladora Proquigel Química S.A., e R\$ 25.000 através da Companhia Brasileira de Estireno. O empréstimo é garantido por bens vinculados em hipoteca: em primeiro grau ao contrato da Proquigel Química S.A., e em segundo ao contrato da Companhia Brasileira de Estireno o imóvel denominado Parque Industrial, de propriedade da Unigel Plásticos S.A., avaliado em R\$ 31.380.

16.2 Cronograma de desembolsos

Ano	Consolidado					
	Desembolsos	Custos de transação	Valor total	Desembolsos	Custos de transação	Valor total
2022	-	-	-	33.448	(27.091)	6.357
2023	107.493	(23.389)	84.104	70.626	(27.091)	43.535
2024	14.126	(23.454)	(9.328)	39.799	(27.165)	12.634
2025	-	(23.389)	(23.389)	-	(27.091)	(27.091)
A partir de 2026	2.957.664	(17.540)	2.940.124	2.182.614	(20.337)	2.162.277
	3.079.283	(87.772)	2.991.511	2.326.487	(128.775)	2.197.712

16.3 Garantias

Como forma de garantia para os financiamentos, o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado, conforme divulgado na nota explicativa nº 29 – Garantias e avalis.

Os valores relacionados a esses benefícios, inclusive as despesas líquidas geradas, foram apurados em avaliações conduzidas por atuários independentes conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldo em 1º de janeiro	39.285	32.285
Custo corrente do plano	6.984	2.865
Juros sobre a obrigação atuarial	2.371	2.134
Benefícios pagos no ano	(1.481)	(1.440)
(Ganho) Perda nas obrigações atuariais	(8.489)	3.441
	38.670	39.285

19.1 Premissas atuariais

As premissas atuariais usadas na avaliação dos benefícios no ano de 2021 e 2020 estão descritas abaixo:

Premissas atuariais econômicas			
	31/12/2021	31/12/2020	
Inflação esperada – a.a.	3,96%		3,20%
Aumento dos custos médicos pela inflação – a.a.	4,25%		3,75%
Aumento dos custos médicos pela idade	De acordo com a idade: - abaixo de 24 anos: 1,25% - entre 25 e 54 anos: 2,75% - entre 55 e 79 anos: 4,75% - acima de 80 anos: 2,25%		De acordo com a idade: - abaixo de 24 anos: 1,25% - entre 25 e 54 anos: 2,75% - entre 55 e 79 anos: 4,75% - acima de 80 anos: 2,25%

Premissas atuariais biométricas			
	31/12/2021	31/12/2020	
Mortalidade geral	AT- 2000		AT- 2000
Mortalidade de inválidos	RP-2000 inválido quando disponível		RP-2000 inválido quando disponível
Entrada de inválidos	Álvaro Vindas, quando disponível		Álvaro Vindas, quando disponível
Taxa de rotatividade	15% / (tempo de serviço + 1), para benefícios de assistência médica		15% / (tempo de serviço + 1), para benefícios de assistência médica
	0%, para os restantes dos benefícios avaliados		0%, para os restantes dos benefícios avaliados
Permanência no plano após a aposentadoria	25%, para os benefícios de subsídio indireto do plano		25%, para os benefícios de subsídio indireto do plano
Elegibilidade à aposentadoria	BD 55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano		BD 55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano
Custo direto – Acordo coletivo	55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano		55 anos de idade e 10 anos de benefício de plano
Custo indireto	Ativo 100% casado com esposa 2 anos mais jovem		Ativo 100% casado com esposa 2 anos mais jovem
Composição familiar	Beneficiários - Composição real informada		Beneficiários - Composição real informada

19.2 Sensibilidade das premissas atuariais

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Efeitos no passivo de obrigação atuarial		
Taxa de desconto - variação de -0,5% na taxa nominal	1.717	2.467
Taxa de desconto - variação de +0,5% na taxa nominal	(1.553)	(2.218)

20. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências no montante estimado do valor da obrigação e refletem a saída de recursos provável esperada.

20.1 Depósitos judiciais

O Grupo registrou um valor de R\$ 16.209 (R\$ 16.170 em 31 de dezembro de 2020) em depósitos judiciais substancialmente vinculados aos processos tributários.

20.2 Provisão para contingências

Em 2021, as provisões para contingências prováveis estavam reconhecidas no montante de R\$ 9.748 (R\$ 11.988 em 31 de dezembro 2020), estão detalhadas abaixo:

	Consolidado		
	Processos trabalhistas (i)	Processos tributários (ii)	Total
Saldo 1 de janeiro de 2020	1.723	6.152	7.875
Adições de novos processos	2.841	29.001	31.842
Baixa por pagamentos	(688)	(27.041)	(27.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.876	8.112	11.988
Adições de novos processos	3.585	6.308	9.893
Baixa por pagamentos	(4.142)	(7.991)	(12.133)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.319	6.429	9.748

(i) Processos trabalhistas

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e periculosidade, e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

(ii) Processos tributários

As provisões tributárias referem-se, substancialmente, às discussões relativas à ICMS, IPI, contribuições previdenciárias, compensação de créditos de PIS e COFINS e incidência de PIS e COFINS sobre outras receitas.

20.3 Saldos avaliados com o risco de perda possível

O Grupo é parte em diversos processos para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, internos e externos, julgou o risco de perda como possível. As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação. A natureza dos principais passivos contingentes são:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Processos trabalhistas (i)	19.470	16.889
Processos tributários (ii)	522.944	977.788
Processos ambientais (iii)	52.171	47.584
Processos cíveis (iv)	32.029	7.893
	626.614	1.050.154

(i) Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo era réu em aproximadamente 266 (184 em 31 de dezembro de 2020) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais, o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 19.470 (R\$ 16.889 em 31 de dezembro de 2020). Em termos gerais, as reclamações trabalhistas referem-se a disputas de horas extras, verbas rescisórias, passivos envolvendo prestadores de serviços terceirizados e determinadas disputas sindicais quanto à implementação das regras coletivas no local de trabalho, entre outras.

Entre esses processos, estão disputas trabalhistas envolvendo sindicatos. No processo sindical mais importante do Grupo, juntamente com outras empresas petroquímicas da Bahia, o Grupo é interveniente em uma disputa entre o SINDIQUÍMICA (um sindicato dos empregados do setor petroquímico) e o SINPEQ (uma associação de empresas petroquímicas).

(ii) Processos tributários

O Grupo é réu em processos fiscais movidos pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo – SEFAZ SP. Tais autuações visam desconsiderar determinados créditos fiscais de ICMS exigidos sobre as transações de bens e serviços provenientes de operações interestaduais entre estabelecimentos localizados nos estados da Bahia, Rio Grande do Sul e Pernambuco. O Estado de São Paulo argumentava que esses Estados concederam benefícios fiscais sem firmar acordos com a CONFAZ e, portanto, eles eram inconstitucionais. Todavia, foram aprovadas a Lei Complementar 160/2017 e o Convênio ICMS 190/2017, que autorizou e regulamentou, respectivamente, a remissão dos créditos tributários em questão. Em cumprimento a exigência prevista na Lei Complementar e no Convênio ICMS, o Estado de São Paulo publicou a Resolução Conjunta nº 01/2019, disciplinando os procedimentos para reconhecimento da remissão dos mencionados créditos. Desta forma, a contingência, no valor de R\$ 103.925, foi classificada como possível (R\$ 443.175 em 31 de dezembro de 2020).

A diminuição dos valores no período trata-se de alguns dos Auto de Infração, citados acima, que objetivava a cobrança de ICMS decorrente da glosa de créditos no montante de R\$ 412.610, referentes a operações interestaduais de compras originárias do estado da Bahia. Pelo entendimento do fisco paulista, os créditos eram indevidos uma vez que a remetente usufruiu do DESENVOLVE, benefício fiscal concedido pelo estado da Bahia sem aprovação do CONFAZ. Todavia, com a promulgação da Lei Complementar 160/2017 – que previu a anistia aos débitos originados destas operações –, bem como do Convênio ICMS 190/2017 – que delimitou o procedimento para se requerer a convalidação perante as Secretarias de Fazenda estaduais, a Companhia Brasileira de Estireno apresentou seu “Pedido de Reconhecimento de Créditos de ICMS” perante a SEFAZ-SP, que o acolheu integralmente para extinguir o débito objeto do AIIM em comento. O deferimento deste pedido ocorreu em 23 de agosto de 2021.

Além dos processos supramencionados, o Grupo faz parte de outros processos tributários classificados como possíveis pelos seus assessores jurídicos de acordo com julgamentos anteriores de Tribunais de Justiça, e entendem que os resultados serão favoráveis em decorrência da jurisprudência vigente, sendo que as ações mais relevantes envolvem:

- Benefícios fiscais considerados subsídios para investimentos concedidos pelo Estado da Bahia, deduzidos da base de cálculo do IRPJ/CSLL - R\$ 79.816 (R\$ 73.525 em 31 de dezembro de 2020);
- Cobrança de PIS e COFINS sobre descontos aplicados a clientes - R\$ 31.654 (R\$ 30.877 em 31 de dezembro de 2020);
- Discussão sobre créditos fiscais de IRPJ e CSLL, PIS e COFINS utilizados para compensar valores de tributos devidos à União Federal - R\$ 99.605 (R\$ 95.865 em 31 de dezembro de 2020);
- Cobrança da incidência do ICMS sobre drawback - R\$ 17.838 (R\$ 19.075 em 31 de dezembro de 2020);
- Auto de infração de ICMS por creditamento indevido nas seguintes situações i) escrituração de documentos fiscais referentes a operações não tributadas, relativas ao recebimento de mercadorias para o fim específico de exportação; e ii) operações não comprovadas, de retorno de mercadorias remetidas para acondicionamento e multa em razão da emissão de notas fiscais que não correspondem a saída de mercadorias do estabelecimento - R\$ 60.573 (R\$ 60.573 em 31 de dezembro de 2020);
- Pedidos de restituição de saldo negativo de IRPJ e base de cálculo negativa de CSLL apurados e compensados com diversos débitos – R\$ 16.118 (R\$ 54.103 em 31 de dezembro de 2020);
- Autos de infração lavrados após procedimento de fiscalização, realizado para análise dos pedidos de ressarcimento de créditos da contribuição do PIS e da COFINS, apurados em decorrência da sistemática de não-cumulatividade – R\$ 4.468 (R\$ 3.287 em 31 de dezembro de 2020) e,
- Outras contingências de natureza diversas com valores pulverizados no montante a R\$ 108.947 (R\$193.308 em dezembro de 2020).

(iii) Processos ambientais

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo era réu em 28 (28 em 31 de dezembro de 2020) processos ambientais. O Grupo não constituiu provisões para os casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo R\$ 52.171 (R\$ 47.584 em 31 de dezembro de 2020). Os casos mais representativos são apresentados abaixo:

Juntamente com aproximadamente 200 outras empresas, o Grupo é corréu em uma ação coletiva movida pela Associação dos Moradores dos bairros Jardim Cristal e Jardim Marambaia. Os autores alegam que uma empresa chamada Recobem foi contratada para reciclar coprodutos da indústria de tintas e, em vez disso, descartou os materiais ilegalmente no Estado do Paraná. O Grupo foi nomeado corréu porque um dos barris que supostamente foram descartados ilegalmente tinha um dos seus logotipos. A Companhia vem contestando essa alegação, uma vez que o barril não tinha nenhum material que o Grupo utiliza ou produz. O Tribunal de Primeira Instância acolheu parcialmente a moção e ordenou que determinados réus, incluindo a Proquigel, indenizassem o autor no valor de R\$ 2.805, tal que o valor envolvido para a Proquigel é de R\$ 974 (R\$ 100 em 31 de dezembro de 2020).

Além disso, o Grupo é réu em ações coletivas movidas pela Federação dos Pescadores da Bahia que reivindicam indenização devido à suposta liberação de produtos químicos acima dos parâmetros permitidos pela legislação ambiental (Resolução Conama nº 357/2005) ocorrida em 2009, que resultou na interrupção das atividades pesqueiras no Estuário Rio São Paulo e na Baía de Todos os Santos. Com base nas opiniões de especialistas técnicos e assessores, a substância encontrada no rio São Paulo não pertence ao portfólio de produtos do Grupo. O processo é considerado como possível de perda, no montante de R\$ 49.596 (R\$ 44.757 em 31 de dezembro de 2020).

Outras contingências de natureza diversas e valores pulverizados totalizam o valor de R\$ 1.601 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.727 em 31 de dezembro de 2020).

O Grupo é réu, juntamente com outras 23 empresas, em outra ação civil pública de classe movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo. O autor pede indenização por danos ambientais causados na Serra do Mar em função das atividades químicas dos réus na área. Em 18 de março de 2021, foi realizado acordo sobre o caso, sendo o Grupo responsável por 3,17% do valor da indenização, que equivale R\$ 4.456. Em setembro de 2021, o Grupo foi reembolsado pela Bayer em 50% desde valor, totalizando o valor de R\$ 2.228 a sua quota-parte de fato. Atualmente aguarda-se extinção do processo.

O Grupo também é réu em processos administrativos em andamento perante o INEMA, cujos objetos envolvem o cumprimento das condições previstas em licenças ambientais.

(iv) Processos cíveis

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo era réu em aproximadamente 16 (5 em 31 de dezembro de 2020) processos cíveis, representando um total de perda estimada de R\$ 32.029 (R\$ 7.893 em 31 de dezembro de 2020).

No processo mais representativo, o Grupo é réu em ação movida pela N.C. S/C Ltda., um ex-acionista minoritário da Polo Ind. e Com. S/A (“Polo”), no valor de R\$ 21.688. O autor pretende que, por retirar-se da Polo, deveria receber uma indenização devido ao fato de que os acionistas majoritários da empresa - incluindo a Unigel - alegadamente tentaram impor a mudança do seu tipo societário para se tornar uma corporação com capital autorizado e o destituíram da administração da Companhia, fatos estes que, de acordo com a N.C. S/C, incitou sua intenção de descontinuar seu investimento na empresa. O Grupo saiu parcialmente derrotado no tribunal de primeira instância, e o recurso ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo também foi parcialmente derrubado. O Grupo está sendo condenado a pagar danos ao autor, no entanto, está contestando o valor dos danos devidos.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

21.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 276.185 (R\$ 276.185 em 31 de dezembro de 2020), composto por 414.297.488 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21.2 Reservas de lucros

As reservas de lucros incluem as seguintes reservas:

- Reserva legal: Constituída anualmente com 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia.
- Reserva de lucros a realizar: Refere-se à parcela de lucros excedentes aos dividendos mínimos obrigatórios que será destinado ao aumento do capital social, conforme proposta da administração a ser ratificada na Assembleia Geral Ordinária (AGO) que aprovar as contas do exercício de 2021.

21.3 Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem as seguintes reservas:

- Reserva de hedge: abrange a parcela efetiva da variação líquida acumulada no valor justo dos instrumentos de hedge utilizados no hedge de fluxo de caixa cujo reconhecimento no resultado está dependente, conforme os fluxos de caixa ou itens protegidos afetarem o resultado;
- Remensurações de passivo/ativo de benefícios pós-emprego: compreendem os efeitos de ganhos e perdas atuariais relacionados aos benefícios descritos na nota explicativa nº 19;
- Reserva de conversão de operações no exterior: inclui todas as diferenças resultantes da conversão das demonstrações financeiras de operações estrangeiras para a moeda funcional;
- Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado líquida de efeitos tributário: no contexto da adoção das IFRS pela primeira vez no Brasil, a partir de 1º de janeiro de 2010, o Grupo realizou a reavaliação de seus ativos imobilizados pelo valor justo na data de transição. A parcela de reavaliação apurada foi contabilizada nesta reserva como custo atribuído aos ativos imobilizados da Companhia. Esta reserva vem sendo realizada na proporção da depreciação dos itens do imobilizado que deram base para a citada reavaliação.

21.4 Dividendos

O estatuto social do Grupo determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. Não ocorreu alteração na política de dividendos em virtude da adoção do custo atribuído.

Os dividendos do período de foram calculados da seguinte forma:

Lucro do exercício em 31/12/2021	882.173
Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado (reserva de custo atribuído)	22.775
Formação da reserva legal (5% do lucro do ano)	(45.248)
Lucro líquido ajustado do ano (base para dividendos mínimos obrigatórios)	859.700
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	(214.925)
Saldo de lucro líquido ajustado a realizar	644.775



Demonstrações Financeiras 2021

22. RECEITA LÍQUIDA

22.1 Reconciliação entre receita bruta e receita líquida

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Receita bruta		
Venda de produtos	6.128.173	2.575.894
Partes relacionadas (Nota 10)	68.351	50.997
Venda de produtos no mercado interno total	6.196.524	2.626.891
Venda de produtos	2.293.124	1.037.315
Venda de produtos no mercado externo	2.293.124	1.037.315
Receita bruta total	8.489.648	3.664.206
Deduções sobre a receita bruta		
Impostos sobre vendas	(798.756)	(416.449)
Devoluções e descontos	(40.025)	(14.522)
	(838.781)	(430.971)
Receita líquida total	7.650.867	3.233.235

O Grupo não possui faturamento à clientes individualmente, que seja maior que 10% das vendas líquidas do ano.

22.2 Desagregação de receita de contratos com clientes

O Grupo gera receitas primariamente por vendas de produtos, nos segmentos de estirênicos, acrílicos e agro.

Na tabela a seguir, as receitas de contratos com clientes são desagregadas por mercado geográfico e por segmento de mercado (Nota explicativa nº 26.2 - Informações sobre segmentos reportados).

	Consolidado									
	Período de 12 meses findo em:									
	Acrílicos		Estirênicos		Agro		Eliminações		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Brasil	1.081.687	593.375	2.659.747	1.470.387	1.843.927	133.529	(217.376)	-	5.367.985	2.197.291
México	705.368	185.715	8.652	10.073	-	-	-	-	714.020	195.788
EUA e Canadá	417.785	386.229	58.368	57.419	-	-	-	-	476.153	443.648
Ásia	132.098	51.595	-	-	-	-	-	-	132.098	51.595
Europa	189.108	30.187	12.589	4.331	-	-	-	-	201.697	34.518
Oriente Médio	149.224	104.663	1.960	3.521	-	-	-	-	151.184	108.184
América Latina	92.144	50.426	287.398	115.896	141.907	-	-	-	521.449	166.322
África	18.889	24.606	67.392	11.283	-	-	-	-	86.281	35.889
Receita líquida total	2.786.303	1.426.796	3.096.106	1.672.910	1.985.834	133.529	(217.376)	-	7.650.867	3.233.235

A totalidade das receitas do Grupo são reconhecidas em um momento específico do tempo.

23. DESPESAS POR NATUREZA E FUNÇÃO

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Classificados por função:		
Custo dos produtos vendidos	(5.968.949)	(2.736.112)
Com vendas	(53.823)	(39.334)
Administrativas e gerais	(143.735)	(114.314)
Classificados por natureza:		
Matérias-primas e materiais de uso e consumo ⁽¹⁾	(5.017.109)	(2.143.353)
Despesa com pessoal	(364.077)	(210.045)
Serviços de terceiros	(156.182)	(81.557)
Reestruturação – indenizações	(2.856)	(1.302)
Provisões para contingências	(9.893)	(31.842)
Depreciação ativo de direito de uso	(72.268)	(48.299)
Depreciação e amortização	(146.939)	(100.838)
Fretes e demurrage	(170.209)	(103.771)
Despesas logísticas	(206.676)	(131.885)
Outras despesas	(20.298)	(36.868)
	(6.166.507)	(2.889.760)

⁽¹⁾Desde o início de 2020 o Grupo vem tendo gastos adicionais devido à pandemia da COVID-19, em especial, nas 2ª e 3ª trimestres de 2020 onde algumas plantas tiveram que ser paralisadas temporariamente. Neste contexto, a Companhia classificou como gastos relacionados a modificações feitas nas plantas para prevenir contaminações, assim como custos fixos relacionados a hibernação temporária de plantas durante o início da crise pandêmica. Esses despesas foram classificadas como "Custo dos produtos vendidos" no valor de R\$ 4.093 (R\$ 50.148 em 31 de dezembro de 2020).

24. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
PIS/COFINS exclusão do ICMS ⁽¹⁾ (Nota 11)	240.325	-
Sucata	592	(71)
Indenização de seguros ⁽²⁾	2.222	2.529
Eletrobras ⁽³⁾	-	4.581
Excedente técnico previdência privada ⁽⁴⁾	10.888	-
Impairment de ativos (nota 14)	(36.813)	-
Ganho (perda) na venda de ativos	(1.180)	(925)
Parada de planta	(754)	(1.296)
Outras (despesas) receitas operacionais	(105)	2.595
	215.175	7.413

⁽¹⁾Em 14 de maio 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), através do julgamento de embargos de declaração interposto pela União, fixou o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo do PIS e do COFINS é o valor destacado na nota fiscal. Além disso, ficou decidido também, a modulação dos efeitos desta decisão com repercussão geral a partir de 15 de março de 2017, ressalvadas as ações judiciais ou administrativas protocoladas até esta data. Em resumo, os contribuintes que não pleitearam a devolução dos valores até o momento, terão direito a calcular e receber os créditos a partir da data da modulação, ou seja, 15 de março de 2017. Já os contribuintes que questionaram judicialmente a referida exclusão terão direito à devolução dos 5 últimos anos contados a partir da data de protocolo da ação. A Companhia ingressou com ação judicial em 15 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em 05 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais.

⁽²⁾Valores de prêmios de seguros recebidos em 2020 e 2021 decorrentes de sinistro na planta da Proquigel ocorrido em 2019.

⁽³⁾As controladas Proquigel e CBE possuíam valores a receber da Eletrobras que estavam em discussão judicial sobre a metodologia de cálculo para atualização dos valores. O Grupo obteve decisão favorável no 1º trimestre de 2020. Desta forma, os valores corrigidos foram contabilizados sendo que as diferenças sobre as bases de cálculo foram consideradas nesta rubrica (outras receitas operacionais) e as diferenças de atualização dos valores foram consideradas no resultado financeiro. Os valores foram recebidos, efetivamente, no 3º trimestre de 2020.

⁽⁴⁾Em 2021 o plano de previdência privada "Prevenir" foi encerrado e apresentava um excedente técnico de R\$ 10.888 que em comum acordo com os participantes do plano, foram vertidos em espécie para as empresas do Grupo.

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras sobre ativos mensurados a VJR	15.669	5.293
Receita de juros sobre empréstimos e recebíveis	469	4.149
Descontos obtidos de fornecedores	1.511	339
Atualização créditos Eletrobras ⁽¹⁾	-	23.637
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	10.741	-
Outras receitas	348	9.242
Total das receitas financeiras	28.738	42.660
Despesas de juros sobre empréstimos bancários e derivativos	(351.709)	(257.774)
Descontos concedidos a clientes	(14.442)	(27.891)
Juros sobre passivos de arrendamento	(32.976)	(33.543)
Impostos sobre receitas financeiras e despesas bancárias	(22.004)	(16.172)
Juros pagos a fornecedores	(2.075)	(10.360)
MTM derivativos (ajuste a valor justo) ⁽²⁾	81.837	65.435
Variações cambiais e monetárias ⁽³⁾	(16.654)	(128.706)
Swap accrual ⁽²⁾	(103.013)	5.216
Outras despesas	(19.991)	(13.858)
Total das despesas financeiras	(481.027)	(417.653)
Resultado financeiro	(452.289)	(374.993)

⁽¹⁾Em 2020, o Grupo registrou uma receita decorrente da atualização de créditos da Eletrobras contabilizados após decisão judicial favorável. Mais detalhes na nota explicativa nº 24 – Outras receitas (despesas) operacionais.

⁽²⁾O resultado de derivativos é segregado entre: (i) variação cambial, apresentado na linha de variações cambiais e monetárias; (ii) atualização de juros, apresentada na linha de swap accrual e (iii) ajuste ao valor justo, que corresponde à diferença entre o custo amortizado e o valor justo do derivativo, apresentado na linha MTM derivativos (ajuste a valor justo).

26. INFORMAÇÃO SOBRE SEGMENTOS

26.1 Base de segmentação

O Grupo é, preponderantemente, um produtor de químicos intermediários atuando na 2ª geração da cadeia da indústria petroquímica. Em termos gerais, o Grupo adquire produtos petroquímicos básicos, processa-os e transforma-os em produtos químicos intermediários e finais os quais são fornecidos para produtores ou distribuidores. O negócio de produtos químicos intermediários e finais estão classificados em dois segmentos denominados acrílicos e estirênicos.

Até 31 de dezembro de 2020, o segmento de acrílicos agregava também uma operação de fertilizantes, que consistia principalmente na produção e venda do sulfato de amônio obtido como coproduto da cadeia produtiva de acrílicos. A partir de janeiro de 2021 essa operação é reportada junto a um novo segmento, denominado agro, conforme detalhado a seguir.

A partir de 2021, o Grupo passou a ser também um representativo produtor de fertilizantes nitrogenados no Brasil devido ao início da produção das plantas arrendadas da Petrobras (antigas FAFENS) em Sergipe e na Bahia. Este novo segmento foi denominado como "agro". Em resumo, o Grupo adquire determinadas matérias primas básicas, em especial, gás natural e converte-os em sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA.

A Diretoria Executiva (principal gestor das operações) avalia o desempenho dos negócios separadamente por suas divisões estratégicas (estirênicos, acrílicos e agro). Estes segmentos são gerenciados separadamente pois requerem diferentes tecnologias e diferentes estratégias mercadológicas.

O seguinte resumo descreve as operações de cada segmento:

Acrílicos: Nosso negócio de Acrílicos consiste, principalmente na produção e venda de acrilonitrila, metacrilatos (MMA, EMA e GMAA), chapas e resinas acrílicas e cianeto de sódio. Nossos produtos acrílicos são vendidos a diversos setores da economia, com destaque para construção civil, automotivo, mineração, eletroeletrônicos, têxtil, entre outros. Os produtos acrílicos também são comercializados para fabricantes e conversores de produtos químicos.

Estirênicos: O segmento de Estirênicos abrange, substancialmente, a produção e venda de estireno, poliestireno, látex e tolueno, que são utilizados, basicamente, na produção de eletrodomésticos, eletroeletrônicos, materiais de construção e embalagens e descartáveis plásticos. Nossos produtos estirênicos também são vendidos a fabricantes e conversores de produtos químicos.

Agro: Esse segmento compreende, essencialmente, a produção e venda de sulfato de amônio, amônia, ureia e ARLA, que são direcionados, preponderantemente ao mercado de agronegócios, e, em menor escala, para fabricantes e conversores de produtos químicos.

A Administração do Grupo revisa mensalmente os relatórios gerenciais de cada segmento. A matriz corporativa exerce funções de tesouraria, jurídico, controladoria, tecnologia da informação e recursos humanos. A atividade da Matriz não é considerada um segmento por não ser um negócio gerador de receitas para o Grupo, porém ele é incluso apenas para fins de divulgação.

A informação sobre segregação geográfica foi apresentada na nota explicativa nº 22 – Receita líquida.

26.2 Informações sobre segmentos reportados

As informações relacionadas a cada segmento reportado são apresentadas abaixo. O lucro do segmento antes de impostos é usado para medir o desempenho do negócio, uma vez que a administração acredita que essa informação é a mais relevante na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos em relação a outras entidades que operam na mesma cadeia produtiva.

	Consolidado						
	Acrílicos	Estirênicos	Agro ⁽¹⁾	Total dos segmentos reportáveis	Unidade corporativa	Eliminações	Total
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Receita líquida	2.786.303	3.096.106	1.985.834	7.868.243	-	(217.376)	7.650.867
Custo dos produtos vendidos	(2.360.278)	(2.394.691)	(1.431.356)	(6.186.325)	-	-	(5.968.949)
Lucro bruto	426.025	701.415	554.478	1.681.918	-	-	1.681.918
Despesas com vendas, administrativas e gerais	(106.070)	(51.415)	(26.530)	(184.015)	(17.139)	-	(201.154)
Outras receitas (despesas) operacionais	42.998	171.897	(15)	214.880	295	-	215.175
Resultado antes do resultado financeiros e impostos	362.953	821.897	527.933	1.712.783	(16.844)	-	1.695.939
Resultado financeiro	-	-	-	-	(452.289)	-	(452.289)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	362.953	821.897	527.933	1.712.783	(469.133)	-	1.243.650

	Consolidado						
	Acrílicos	Estirênicos	Agro ⁽¹⁾	Total dos segmentos reportáveis	Unidade corporativa	Eliminações	Total
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Receita líquida	1.426.796	1.672.910	133.529	3.233.235	-	-	3.233.235
Custo dos produtos vendidos	(1.200.645)	(1.406.561)	(128.906)	(2.736.112)	-	-	(2.736.112)
Lucro bruto	226.151	266.349	4.623	497.123	-	-	497.123
Despesas com vendas, administrativas e gerais	(97.920)	(30.398)	(9.199)	(137.517)	(17.611)	-	(155.128)
Outras receitas (despesas) operacionais	8.759	(1.446)	747	8.060	(647)	-	7.413
Resultado antes do resultado financeiros e impostos	136.990	234.505	(3.829)	367.666	(18.258)	-	349.408
Resultado financeiro	-	-	-	-	(374.993)	-	(374.993)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	136.990	234.505	(3.829)	367.666	(393.251)	-	(25.585)

⁽¹⁾Com o início das operações das plantas de fertilizantes nitrogenados arrendadas da Petrobras (antigas FAFENS), o Grupo mudou a sua organização interna e a composição de seus segmentos, o que resultou em uma mudança nos segmentos reportáveis, basicamente realocando os resultados das operações com produção e venda de sulfato de amônio e venda de amônia do segmento de acrílicos para agro.

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020
Ativos							
Valor justo por meio do resultado (VJR)							
Aplicações financeiras de curto prazo	7	-	-	-	417.070	417.070	303.789
Derivativos	31	-	-	-	26.621	26.621	48.628
Derivativos embutidos	31	-	-	-	129.398	129.398	86.659
Créditos contratuais	27.2	-	-	-	5.848	5.848	4.914
Outros recebíveis	-	-	-	-	8.620	8.620	7.086
	-	-	-	-	587.557	587.557	451.076
Custo amortizado							
Contas a receber de clientes	8	-	-	-	488.392	488.392	207.865
Dividendos a receber	10	4.218	4.218	4.218	4.218	-	-
Partes relacionadas	10	3.049	3.049	1.449	1.449	-	-
		7.267	7.267	5.667	488.392	488.392	207.865
		7.267	7.267	5.667	1.075.949	1.075.949	658.941

	Nota	Controladora				Consolidado			
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2020	
Passivos									
Valor justo por meio do resultado (VJR)									
Derivativos	31	-	-	-	(149.095)	(149.095)	-	-	
	-	-	-	-	(149.095)	(149.095)	-	-	
Custo amortizado									
Fornecedores	17	(2.717)	(2.717)	(2.052)	(766.135)	(766.135)	(374.619)	(374.619)	
Empréstimos e financiamentos	16	(575)	(575)	(744)	(744)	(3.324.134)	(3.502.835)	(2.600.379)	
Dividendos a pagar	10	(182.349)	(182.349)	(19.938)	(19.938)	(182.349)	(182.349)	(19.938)	
Partes relacionadas	10	(1.460.824)	(1.460.824)	(1.383.866)	(1.383.866)	-	-	-	
Outros passivos	-	(470)	(470)	(192)	(9.462)	(9.462)	(4.605)	(4.605)	
		(1.646.935)	(1.646.935)	(1.406.792)	(1.406.792)	(4.282.080)	(4.460.781)	(2.999.541)	
Passivos financeiros totais		(1.684.935)	(1.684.935)	(1.406.792)	(4.431.175)	(4.609.876)	(2.999.541)	(3.313.342)	

27.1 Cálculo do valor justo

II. Derivativos e derivativos embutidos

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

Os derivativos e derivativos embutidos tem seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local). O Grupo calcula o valor justo das opções embutidas em swaps (barreiras) e contratos de dívida baseado no modelo Black & Scholes, considerando o prazo de exercício da opção, taxa de atualização (cost of carry), preço de strike, preço atual e volatilidade de mercado para o preço. A quantia resultante do modelo é convertida de Dólares para Reais utilizando a PTAX de fechamento da data-base da demonstração financeira.

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior). O valor justo aumenta ou diminui com a volatilidade, dependendo da natureza da opção (call ou put).

III. Empréstimos e financiamentos

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, e

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

Para a dívida que possui cotação em mercado ativo, como é o caso dos bonds emitidos pelo Grupo, obtém-se os preços cotados. Para as demais dívidas utilizamos o método dos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e moeda brasileira sem risco para moeda local).

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

IV. Créditos contratuais

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

Os créditos contratuais têm seu valor justo calculado pelos fluxos de caixa descontados. Os fluxos de caixa futuros são estimados utilizando taxas de juros contratuais para contratos pré-fixados e com a curva de juros livre de risco pela porcentagem contratual convertida pela última PTAX para as posições em dólar. Esses fluxos de caixa futuros estimados são descontados pelas respectivas curvas (cupom cambial para moeda estrangeira e CDI x Pré livre de risco para moeda local).

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

O valor justo estimado aumenta (diminui) se a taxa de desconto ajustada ao risco for menor (maior).

V. Outros recebíveis

(i) Hierarquia do valor justo

Nível 2: inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

(ii) Técnica de valorização

Análise de terceiros sobre o valor recuperável da contraparte.

(iii) Inputs significativos não observáveis e sua relação com o valor justo

Quanto maior o valor recuperável maior o valor justo.

27.2 Créditos contratuais

Eventualmente o Grupo precisa realizar depósitos vinculados em garantia de operações de fornecimento de mercadorias e serviços. Estes depósitos são feitos em espécie e sofrem atualização durante o prazo da operação eventualmente retornando para as empresas do Grupo com a totalidade da sua atualização vertida para o caixa. A classificação desses créditos contratuais é feita fora do grupo de caixa e equivalentes de caixa pois o seu resgate depende de outros fatores para ocorrer e, portanto, não é imediato. O Grupo atualiza o valor tempestivamente contra resultado conforme as taxas contratuais. Os valores reconhecidos são R\$ 5.848 (R\$ 4.914 em 31 de dezembro de 2020).

27.3 Estrutura de gerenciamento de risco

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo. Este Conselho estabeleceu o Comitê de Gerenciamento de Risco que é responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco do Grupo. O Comitê reporta suas atividades regularmente ao Conselho de Administração.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais o Grupo está exposto, com o objetivo de definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

I. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de perda financeira para o Grupo se um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir suas obrigações contratuais. Decorre principalmente dos recebíveis do Grupo e equivalentes de caixa.

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e equivalentes de caixa	7	473	120	849.338	624.039
Contas a receber de clientes	8	-	-	536.960	250.956
Operações com derivativos	31	-	-	156.019	135.287
Créditos contratuais	27.2	-	-	5.848	4.914
Outros ativos		14.343	4.410	51.206	30.270
		14.816	4.530	1.599.371	1.045.466

O valor registrado dos ativos financeiros representa o máximo da exposição de crédito.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Estes valores são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre B+ e AA+, conforme as agências de rating Standard & Poors e Fitch (doravante denominadas agências de rating).

(ii) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem rating AA+ das agências de rating.

(iii) Contas a receber

A exposição do Grupo ao risco de crédito de contas a receber é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. No entanto, a Administração também considera outros fatores que podem influenciar o risco de crédito de sua base de clientes tais como o risco padrão associado à indústria e ao país em que os clientes operam.

O comitê de gerenciamento de risco estabeleceu limites de venda para cada cliente. Qualquer venda que exceda esses limites requer aprovação do comitê de gerenciamento de risco. O Grupo limita a exposição ao risco de crédito de contas a receber estabelecendo um período de pagamento máximo de um e três meses para clientes individuais e corporativos, respectivamente.

Mais de 50% dos clientes negociam com o Grupo há mais de dez anos e nenhuma perda por redução ao valor recuperável foi reconhecida contra eles. Ao monitorar o risco de crédito de clientes, eles são agrupados de acordo com suas características de crédito, inclusive se eles são um indivíduo ou uma entidade jurídica, fabricante ou cliente individual, sua localização geográfica, histórico comercial com o Grupo e existência de antecedentes de dificuldades financeiras. Além destes procedimentos de verificação de crédito, não há clientes que representem mais do que 10% das receitas totais do Grupo.

Existem vendas sujeitas a garantias, de modo que, em caso de não pagamento, o Grupo pode ter um crédito garantido.

Exposição ao risco de crédito do contas a receber por segmento e mercado (Nota explicativa nº 8):

	Consolidado							
	Acrílicos		Estrênicos		Agro		Total	
	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20	31/12/21	31/12/20
Mercado interno	114.100	49.652	88.513	42.691	127.559	23.047	330.172	115.390
Mercado externo	96.057	95.813	93.305	35.757	-	-	189.362	131.570
Partes relacionadas (Nota 10)	-	-	17.426	3.996	-	-	17.426	3.996
	210.157	145.465	199.244	82.444	127.559	23.047	536.960	250.956

O Grupo estabelece uma provisão para redução ao valor recuperável que representa a estimativa das perdas incorridas em relação a contas a receber de clientes.

Faixas de apropriação de perda estimada de crédito, conforme aging, segmento e mercado

	Consolidado				
	A vencer	1-30	31-60	61-90	
Acrílicos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mercado interno	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Estrênicos	0,01%	0,04%	0,11%	0,19%	
Mercado externo	0,00%	0,02%	0,03%	0,20%	
Mercado interno	0,02%	0,06%	0,18%	0,18%	
Agro	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Mercado externo	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Mercado interno	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	

As faixas de apropriação de perda estimada de crédito do segmento Agro seguem atualmente as estimativas do segmento de acrílicos, até que tenhamos 12 de meses de operação completa (expectativa para dezembro de 2022) de forma a estabelecermos uma melhor relação quanto ao cenário de perda de crédito estimada.

Abaixo está demonstrado o aging por segmento:

	Consolidado			
	31/12/2021			
	Acrílicos	Estrênicos	Agro	Total
A vencer	166.346	146.577	123.816	436.739
Entre 1 e 30 dias	29.805	13.727	320	43.852
Entre 31 e 60 dias	3.508	301	-	3.809
Entre 61 e 90 dias	1.848	205	-	2.053
Acima de 90 dias	8.650	38.434	3.423	50.507
	210.157	199.244	127.564	536.960

II. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de o Grupo ter dificuldade em cumprir as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados mediante entrega de caixa ou outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo é garantir, na medida do possível, que terá liquidez suficiente para atender às suas responsabilidades quando devidas, em condições normais e estressadas, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou arriscar danos à reputação do Grupo.

O Grupo pretende manter o nível de caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos altamente líquidos por um montante que exceda as saídas de caixa esperadas em passivos financeiros atuais. O Grupo também monitora o nível de entradas de caixa esperadas nas contas a receber de clientes, juntamente com as saídas de caixa esperadas de contas a pagar e outros.

A seguir, os demais vencimentos contratuais dos passivos financeiros. Os valores são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros contratuais:

	Nota	Consolidado				
		31/12/2021				
		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	-	572.788	369.172	273.066	3.475.256	4.690.282
Fornecedores	17	766.135	-	-	-	766.135
Outras contas a pagar	-	8.041	1.419	-	-	9.460
		1.346.964	370.591	273.066	3.475.256	5.465.877

	Nota	Consolidado				
		31/12/2020				
		01 a 12 meses	13 a 24 meses	25 a 36 meses	Acima de 36 meses	Total valor futuro
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos	-	571.249	223.536	391.261	2.441.988	3.628.034
Fornecedores	17	374.619	-	-	-	374.619
Outras contas a pagar	-	4.246	359	-	-	4.605
		950.114	223.895	391.261	2.441.988	4.007.258

Os pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos no quadro acima, refletem as taxas de juros de mercado, que estavam em vigor naquela data. E esses valores podem mudar à medida que as taxas de juros de mercado mudem.

Conforme o divulgado na nota explicativa nº 16 – Empréstimos e financiamentos, o Grupo está sujeito à covenants financeiros, cujo não cumprimento pode exigir que o pagamento antecipado dos seus empréstimos indicados na tabela acima. A Administração do Grupo monitora regularmente estes índices para garantir que os contratos estejam sendo cumpridos.

III. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado tais como, taxas de câmbio, taxas de juros e preços, afetarão o lucro do Grupo ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis ao mesmo tempo em que otimiza os retornos.

IV. Risco cambial

O Grupo está exposto ao risco cambial, na medida em que existe uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos e financiamentos são denominadas em contrapartida às respectivas moedas funcionais das empresas do Grupo. A moeda funcional do Grupo é o Real.

Geralmente, os empréstimos e financiamentos são denominados em moedas que correspondam aos fluxos de caixa gerados pelas operações subjacentes do Grupo, principalmente dólares americanos e/ou reais. Além disso, os juros sobre empréstimos e financiamentos são denominados na moeda do empréstimo. Isso fornece uma cobertura econômica sem derivativos e contabilização de hedge (Nota explicativa nº 27.4).

Para a operação de Bond, denominada em dólares americanos, o Grupo utiliza swaps de fluxo de caixa com barreiras para a proteção de parte do risco cambial.

Em relação a outros ativos e passivos monetários, denominados em moedas estrangeiras, a política do Grupo é assegurar que sua exposição líquida seja mantida em um nível aceitável, comprando ou vendendo moedas estrangeiras a taxas pontuais, quando necessário, para solucionar desequilíbrios de curto prazo.

Os dados quantitativos resumidos sobre a exposição do Grupo ao risco cambial, reportados à administração, estão convertidos pela última taxa de conversão do período reportada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), como segue:

	Nota	Consolidado					
		31/12/2021			31/12/2020		
		BRL	USD	MXM	BRL	USD	MXM
Taxa de conversão		1,0000	5,5805	0,2644	1,0000	5,1967	0,2610
Aplicações financeiras – MXM	7	50.269	-	190.125	21.826	-	83.625
Caixa em bancos em dólares – USD	7	354.023	63.439	-	280.237	53.926	-
Contas a receber – USD	8	189.362	33.933	-	131.570	25.318	-
Empréstimos e financiamentos – USD	16	(3.324.134)	(595.670)	-	(2.338.208)	(449.941)	-
Empréstimos e financiamentos – MXM	16	-	-	-	(3.195)	-	(12.241)
Derivativos – USD ⁽¹⁾	-	1.116.100	200.000	-	1.039.340	200.000	-
Derivativos – USD ⁽²⁾	-	613.855	110.000	-	-	-	-
Derivativos – USD ⁽³⁾	-	1.227.710	220.000	-	-	-	-
Fornecedores	17	(280.026)	(50.179)	-	(154.448)	(29.720)	-
Exposição líquida		(52.841)	(18.477)	190.125	(1.022.878)	(200.417)	71.384

(1) Swaps cambiais com valor nominal de US 200 milhões com barreiras entre R\$ 4,15 e R\$ 5,60;
(2) Swaps cambiais com valor nominal de US 110 milhões com barreiras entre R\$ 5,395 e R\$ 8,00;
(3) Swaps cambiais com valor nominal de US 220 milhões com barreiras entre R\$ 5,00 e R\$ 7,50.

(i) Análise de sensibilidade

Uma apreciação (depreciação) razoável do dólar norte-americano e peso mexicano frente ao real em 31 de dezembro de 2021 teria afetado a mensuração de instrumentos financeiros denominados em moeda estrangeira e, consequentemente, afetado o patrimônio e resultado do Grupo pelos valores abaixo. Esta análise pressupõe que todas as outras variáveis, em particular, as taxas de juros, permanecem constantes e ignoram qualquer impacto das vendas e compras previstas.



Demonstrações Financeiras 2021

	Consolidado			
	31/12/2021			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
	BRL	USD	BRL	MXM
Taxa de conversão	1,0000	5,5805	1,0000	0,2728
Exposição líquida	(103.110)	(18.477)	50.269	190.125
Sensibilidade	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
Taxa de conversão	6,9756	8,3708	0,2046	0,1364
Exposição líquida (cenários)	(128.888)	(154.667)	38.900	25.933
Efeitos em R\$	(25.778)	(51.557)	(11.369)	(24.336)

	Consolidado			
	31/12/2020			
	Cenários em USD		Cenários em MXM	
	BRL	USD	BRL	USD
Taxa de conversão	1,0000	5,1967	1,0000	0,2610
Exposição líquida	(1.041.507)	(200.417)	18.631	71.384
Sensibilidade	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
Taxa de conversão	6,4959	7,7951	0,1958	0,1305
Exposição líquida (cenários)	(1.301.889)	(1.562.271)	13.977	9.316
Efeitos em R\$	(260.382)	(520.764)	(4.654)	(9.315)

V. Risco de taxa de juros

O Grupo adota uma política de garantir que parte de sua exposição ao risco de taxa de juros esteja em uma taxa fixa.

O perfil das taxas de juros dos instrumentos financeiros com juros do Grupo, conforme relatado pela administração, é o seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Instrumentos a taxa fixa		
Passivos financeiros	(3.035.141)	(2.295.177)
Instrumentos a taxa variável		
Ativos financeiros	417.070	303.789
Passivos financeiros	(288.993)	(295.233)

(i) Análise de sensibilidade

Os instrumentos financeiros, inclusive não derivativos, estão expostos a mudanças no valor justo como resultado da flutuação das taxas de juros. As avaliações da sensibilidade dos instrumentos financeiros às suas variáveis são apresentadas a seguir:

O Grupo selecionou dois riscos de mercado que podem afetar mais fortemente os valores dos instrumentos financeiros detidos, que seriam as mudanças na taxa Libor e CDI.

Os possíveis cenários consideram mudanças de 25% para 50%, respectivamente, relacionadas à variável de risco relevante em relação à taxa base.

Análise de sensibilidade das variações de taxa:

	Consolidado				Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Cenários em Libor	Cenários em CDI	Cenários em Libor	Cenários em CDI	Cenários em Libor	Cenários em CDI	Cenários em Libor	Cenários em CDI
Taxa de conversão	0,0820%	9,1500%	0,3400%	2,7500%	0,0820%	9,1500%	0,3400%	2,7500%
Passivos financeiros	(166.042)	(97.147)	(148.945)	(95.824)	(166.042)	(97.147)	(148.945)	(95.824)
Efeitos na demonstração do resultado	(136)	(8.889)	(506)	(2.635)	(136)	(8.889)	(506)	(2.635)
	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%	Possível +25%	Remoto +50%
	0,1025%	0,1230%	11,4375%	13,7250%	0,4250%	0,5100%	3,4375%	4,1250%
Empréstimos e financiamentos (efeitos no balanço patrimonial)	(166.212)	(166.246)	(108.258)	(110.480)	(149.578)	(149.199)	(99.118)	(99.777)
Efeitos na demonstração do resultado	(170)	(204)	(11.111)	(13.333)	(663)	(760)	(3.294)	(3.953)

27.4 Ativos e passivos designados a hedge de fluxo de caixa

O Grupo optou por manter o modelo de hedge accounting do CPC 38 / IAS 39.

I. Hedge de fluxo de caixa - Variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira

A tabela seguinte indica os períodos nos quais o fluxo de caixa associado ao hedge de fluxo de caixa deve ocorrer e os respectivos saldos dos instrumentos de hedge.

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Ativos - contas a receber de clientes	Passivos - empréstimos e financiamentos	Ativos - contas a receber de clientes	Passivos - empréstimos e financiamentos
Saldo contábil	488.392	(470.559)	207.865	(2.318.598)
1-12 meses	52.222	(52.222)	241.046	(241.046)
13-24 meses	58.672	(58.672)	239.642	(239.642)
25-26 meses	98.298	(98.298)	523.868	(523.868)
Acima de 36 meses	261.367	(261.367)	1.314.042	(1.314.042)
	470.559	(470.559)	2.318.598	(2.318.598)

II. Hedge de fluxo de caixa - Bond e Swaps

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção de juros pré-fixados e variação cambial sobre sua emissão de Bonds no exterior. Ambos os instrumentos possuem vencimento em 2026. A seguir demonstramos a reconciliação dos valores de accrual e o ajuste de marcação a mercado ("MtM") dos derivativos contratados registrados no balanço patrimonial do Grupo:

	Consolidado					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Accrual	Ajuste de MtM	Valor justo	Accrual	Ajuste de MtM	Valor justo
Swap	(26.999)	(113.303)	(140.302)	3.320	45.308	48.628
Total circulante	(26.999)	(113.303)	(140.302)	3.320	45.308	48.628
Swap	437.832	(437.832)	-	213.463	(213.463)	-
Total não circulante	437.832	(437.832)	-	213.463	(213.463)	-
Total das operações com derivativos	410.833	(551.135)	(140.302)	216.783	(168.155)	48.628

A relação do derivativo com o Bond é demonstrada abaixo:

Instrumento	Moeda	Barreiras	Principal/ Nocial (USD)	Principal/ Nocial (BRL)	Variação cambial
Empréstimos	USD		(200.000)	(1.116.100)	(286.100)
Swaps ponta ativa	USD	4,1500 - 5,6000	200.000	1.116.100	286.100
Empréstimos	USD		(110.000)	(613.855)	(19.899)
Swaps ponta ativa	USD	5,3996 - 8,0000	110.000	613.855	19.899
Empréstimos	USD		(220.000)	(1.227.710)	(127.710)
Swaps ponta ativa	USD	5,0000 - 7,5000	220.000	1.227.710	127.710
Empréstimos e swaps correntes			-	-	-
Empréstimos liquidados	USD		(200.000)	(788.370)	(37.370)
Swaps liquidados	USD		200.000	788.370	37.370
Efeitos de operações liquidadas			-	-	-
Exposição total			-	-	-

Os fluxos de caixa de ambos os instrumentos financeiros possuem os mesmos vencimentos.

A Companhia designou um hedge de fluxo de caixa para esta operação tendo como instrumento de hedge os derivativos contratados e como objeto de hedge o bond emitido pela Companhia. Esta relação de hedge accounting estabelece a contabilização da parcela efetiva do ajuste de marcação a mercado não realizado do derivativo no resultado abrangente. Em 31 de dezembro de 2021, o valor contabilizado no patrimônio líquido era de R\$ 363.750 (R\$ 167.956 em 31 de dezembro de 2020) líquido dos efeitos de impostos.

III. Hedge de fluxo de caixa - Opções de Brent

O Grupo contratou instrumentos financeiros derivativos para a proteção das compras projetadas de Gás Natural do segmento agro que tem seu preço em dólares atrelado ao preço em dólares do barril de petróleo Brent. O objeto do hedge são as transações altamente prováveis de compra de Gás Natural e o instrumento de hedge são opções de compra de Brent mês a mês de acordo com a projeção de compras. Esta estratégia faz com que quase a totalidade das compras de Gás Natural esteja protegida de aumentos no preço do barril de Brent. Pelos instrumentos de proteção serem opções, se houver queda do preço em dólares do barril de Brent o Grupo se beneficia da redução, se houver alta no preço o Grupo está protegido.

Os prêmios das opções contratadas são em reais e possuem vencimento próximo a data de exercício das opções e desta forma foram classificados na rubrica "Prêmios de opções a pagar". No entanto, o Grupo acredita que para um maior equilíbrio das suas operações e exposições a moeda estrangeira o prêmio deveria ser em dólares. Para ter o efeito equivalente de uma operação em dólares americanos o Grupo contratou derivativos de termo de moeda (Non-deliverable forward ou NDF) no mesmo volume dos prêmios a serem pagos.

As duas estruturas de hedge, portanto, visam a proteção dos custos com Gás Natural e o equilíbrio das exposições cambiais do Grupo, no entanto, possuem uma fonte de assimetria contábil, uma vez que as projeções de transações altamente prováveis de compras só são contabilizadas quando ocorrem efetivamente e os prêmios de opções a pagar estão contabilizados pelo custo amortizado, enquanto os derivativos instrumento de hedge são contabilizados pelo valor justo. Desta forma, e para eliminar a assimetria contábil dos ajustes a valor justo dos derivativos de instrumento de hedge, o Grupo optou por estabelecer uma estrutura de hedge de fluxo de caixa para a estratégia. Sendo assim, os ajustes a valor justo dos derivativos, na medida em que há efetividade da estrutura de hedge, são contabilizados nas contas patrimoniais em contrapartida de contas do patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

Mês	Volume Brent Protegido
Janeiro/2022	310.000
Fevereiro/2022	280.000
Março/2022	310.000
Abril/2022	180.000
Mai/2022	186.000
Junho/2022	180.000
Julho/2022	186.000
Agosto/2022	186.000
Setembro/2022	180.000
Outubro/2022	186.000
Novembro/2022	180.000
Dezembro/2022	186.000

IV. Hedge de fluxo de caixa - Efeitos no resultado e em outros resultados abrangentes

(i) Empréstimos e financiamentos - Variação cambial

	Consolidado			
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de passivos	28.395	2.129	(224.624)	(70.047)
Impostos diferidos sobre variação cambial	100.370	(724)	36.318	-
	128.765	1.405	(188.306)	(70.047)

(ii) Bond e swap

	Consolidado				
	Nota	31/12/2021		31/12/2020	
		DRA	DRE	DRA	DRE
Variação cambial de empréstimos e financiamentos	27.4	-	(224.369)	-	(209.340)
Variação cambial de swap	27.4	-	224.369	-	209.340
Juros de swap	25	-	(30.318)	-	5.216
Ajustes a valor justo de swap	27.4 e 25	(382.980)	32.602	(164.275)	(26.332)
Impostos diferidos sobre ajustes a valor justo	27.4	132.631	(11.085)	30.199	1.130
		(250.349)	(8.801)	(134.076)	(19.986)

(iii) Opções de Brent

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
	DRA	DRE
Variação cambial de NDF (USD)	-	5.893
Ajuste de valor justo NDF	2.970	(7.572)
Ajuste de valor justo opções	(22.626)	56.807
Impostos diferidos sobre ajustes a valor justo	6.683	(16.740)
	(12.973)	38.388

27.5 Gerenciamento de capital

A Companhia mantém uma política de gestão de capital visando o equilíbrio entre o capital próprio (transferências de capital e retenção de lucros) e o capital de terceiros que o Grupo capta para financiar suas operações. Para mitigar eventuais riscos de liquidez e manter o custo médio ponderado do capital em níveis adequados, o Grupo monitora, permanentemente, os resultados gerados por essa escolha através do seu grau de endividamento com base no cálculo de Dívida Líquida / EBITDA (Lucro antes dos impostos ajustado pelo resultado financeiro e pela depreciação).

28. SUBVENÇÕES E ASSISTÊNCIAS GOVERNAMENTAIS

28.1 Incentivo fiscal estadual - Desenvolve/Bahia

O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longínquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estirênicos e estireno, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS.

Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo obteve um benefício de R\$ 174.866 (R\$ 74.243 em 31 de dezembro de 2020).

28.2 Incentivo fiscal estadual PSDI - Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial

A ProquiGel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (agro). A Companhia se beneficia de diferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interestaduais de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. Em 31 de dezembro de 2021, o Grupo ainda não iniciou a utilização deste benefício.

28.3 Incentivo fiscal federal - lucro da exploração

Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno (como sucessora por incorporação da Acrinor) localizadas em Camaçari/BA e da ProquiGel até o exercício fiscal de 2028 e sobre os resultados da Unigel Plásticos S.A. até o exercício fiscal de 2020. O benefício da Unigel Plásticos S.A. está sendo renovado pela autoridade fiscal. A solicitação feita, quando aprovada, será retroativa à 1ª de janeiro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo obteve um benefício de R\$ 123.076 (Em 2020, nenhuma empresa do Grupo utilizou o benefício por estarem apurando prejuízos fiscais).

28.4 REINTEGRA - Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras

O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais.

Em 31 de dezembro de 2021 o Grupo obteve um benefício de R\$ 2.054 (R\$ 788 em 31 de dezembro de 2020) através das empresas Acrinor, ProquiGel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Plásticos.

28.5 REIQ - Regime Especial da Indústria Química

O Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo é beneficiado até dezembro de 2024 pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1ª. de abril de 2022, o REIQ. O Grupo está avaliando os impactos da extinção deste benefício fiscal e aguardará os desfechos quanto ao prosseguimento ou não da referida medida provisória em lei.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo apurou um crédito de R\$ 76.098 (R\$ 37.755 em 31 de dezembro de 2020), que está lançado como redutor de custos na rubrica “custo dos produtos vendidos” da demonstração do resultado.

29. GARANTIAS E AVAIS

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor estimado de R\$ 151.215 em 31 de dezembro de 2021, valor este reduzido em decorrência da liquidação da operação do BOND 2024 e, conseqüente liberação de garantias (R\$ 1.088.123 em 31 de dezembro de 2020), composta substancialmente por imóveis. Adicionalmente, a controladora é avalista de operações de outras empresas do Grupo. A controladora possui avais no valor de R\$ 87.030 (R\$ 406.522 em 31 de dezembro de 2020).

30. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

30.1 Básico

O lucro (prejuízo) por ação básico foi calculado com base no resultado acumulado dos períodos e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos exercícios, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro líquido (prejuízo) do período	882.173	(6.985)
Quantidade ponderada média de ações ao final do exercício	414.297.488	414.297.488
Lucro (prejuízo) por ação - R\$	2,12932	(0,01686)

30.2 Diluído

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

31. OPERAÇÕES COM DERIVATIVOS

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

	Consolidado		
	31/12/2021	Passivo	31/12/2020
	Ativo		Ativo
Cross currency swaps	-	(140.302)	48.628
Opções – Commodities	26.621	-	-
NDFs	-	(8.793)	-
Derivativos embutidos – Opções	129.398	-	86.659
	156.019	(149.095)	135.287

Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

31.1 Derivativos embutidos

I. Opções de recompra antecipada dos Bonds

Os *bonds* do Grupo possuem opções de recompra antecipada. O Grupo pode recomprar os *bonds* em sua totalidade ou em parte em determinados intervalos de tempo, pelos preços de recompra a seguir (expressos como um percentual do principal), acrescidos de juros apropriados e não pagos:

Período	Preço de recompra
2022	104,375%
2023	102,188%
2024	101,094%
2025 em diante	100,000%

Essas opções de recompra representam um direito de adquirir a dívida do Grupo por um preço pré-definido. São separáveis do contrato principal e considerados derivativos embutidos.

Uma vez que essas opções são válidas pelo período acima descrito, o Grupo calculou o valor justo dessas opções como opções americanas tendo o preço de recompra como o preço de strike.

O valor justo desses derivativos embutidos é de R\$ 129.398 (R\$ 86.659 em 31 de dezembro de 2020).

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2021, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram:

- (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de (R\$ 560) (R\$ 3.177 em 31 de dezembro de 2020);
- (ii) Adições de ativo de direito de uso em contrapartida ao passivo de arrendamento no valor de R\$ 122.619 (R\$ 216.490 em 31 de dezembro de 2020).

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Impacto da guerra entre Rússia e Ucrânia sobre os negócios da Unigel

No dia 24 de fevereiro de 2022, a Rússia iniciou uma ação militar na Ucrânia. Desde então, diversas sanções econômicas contra a Rússia vêm sendo anunciadas, tais como o banimento da Rússia do sistema financeiro *Swift*, restrições ao banco central russo, banimento de empresas russas em espaços aéreos selecionados, entre outras. Neste contexto de isolamento econômico, os preços internacionais do petróleo, do gás natural e dos fertilizantes apresentaram forte alta.

A Unigel produz fertilizantes nitrogenados a partir do uso de gás natural como matéria-prima. O fornecimento é regido por contratos de longo prazo com empresas fornecedoras de gás no Brasil com preços atrelados à referência de petróleo Brent. Além disso, antes do início do conflito na Ucrânia, a Companhia já havia contratado derivativos para se proteger das flutuações de preço do Brent em 2022.

Nas unidades do segmento Agro, a Unigel produz amônia suficiente para atender tanto a sua capacidade de produção de ureia, principal fertilizante nitrogenado, quanto a sua capacidade de produção de acrílicos. A Unigel destina toda a sua produção de ureia para o mercado doméstico. Estima-se que o Brasil tenha consumido 8 milhões de toneladas de ureia em 2021, das quais 1,4 milhão de toneladas vieram da Rússia. A Unigel tem capacidade de produção de 1,15 milhão de toneladas/ano de ureia.

Roberto Noronha Santos Diretor Presidente	Daniel Zilberknop Diretor Vice-Presidente Finanças
Daniel Scarmeloti da Fonseca Diretor de Controladoria e Tecnologia da Informação CRC 1SP 219.079/O-4	Marcio Scatigno Gerente de Controladoria CRC 1SP 218.247/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas da Unigel Participações S.A. São Paulo – SP

OPINIÃO

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada da Unigel Participações S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

BASE PARA OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

PRINCIPAIS ASSUNTOS DE AUDITORIA

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Realização de impostos diferidos ativos – consolidado

Veja as Notas 6.9 e 12 das demonstrações financeiras consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu em suas demonstrações financeiras consolidadas ativos fiscais diferidos das subsidiárias Proquigel Química S.A. e Companhia Brasileira de Estireno, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais acumulados e base negativa da contribuição social. Tais saldos devem ser reconhecidos na medida em que seja provável que estarão disponíveis lucros tributáveis futuro contra os quais as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais acumulados e a base negativa da contribuição social possam ser utilizados. As estimativas de lucros tributáveis futuros são preparadas pela Companhia e fundamentadas em estudo técnico de viabilidade que contemplam premissas que são afetadas por estratégias corporativas e pelo cenário macroeconômico. Consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria, devido às incertezas relacionadas as premissas utilizadas para estimar os lucros tributáveis futuros que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos saldos das demonstrações financeiras consolidadas.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: <ul style="list-style-type: none"> • Avaliação se o estudo técnico de viabilidade preparado pela Administração da Companhia foi elaborado de forma consistente com as práticas e metodologias de avaliação normalmente utilizadas; • Análise se as premissas utilizadas no estudo técnico de viabilidade preparado pela Companhia são fundamentadas em dados históricos e/ou de mercado e são condizente com o orçamento elaborado pela Administração da Companhia; • Discussões com profissionais que detêm conhecimento técnico especializado necessário para entendimento adequado da aplicação da política contábil. • Recálculo matemático da apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos. • Com o auxílio de nossos especialistas de impostos diretos, foram avaliadas se as adições, exclusões e alíquotas utilizadas na determinação das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social estão de acordo com a legislação tributária. • Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas, estão de acordo com os requerimentos das normas contábeis aplicáveis e consideram as informações relevantes. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetaram a mensuração e a divulgação dos impostos diferidos ativos, os quais não foram registrados e divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a determinação do lucro tributável futuro e o valor dos impostos diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

OUTROS ASSUNTOS – DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E O RELATÓRIO DOS AUDITORES

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DOS AUDITORES PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda. | CRC 2SP014428/O-6

Wagner Petelin | Contador CRC 1SP142133/O-7





Nossos resultados em 2021 foram excelentes. Mas excelente mesmo é fazer parte da vida das pessoas todos os dias.

Querer fazer sempre mais e melhor está na alma de cada brasileiro, e não seria diferente com a Unigel – **uma das maiores empresas químicas da América Latina**, líder no fornecimento de insumos fundamentais para a fabricação de diversos produtos presentes no seu dia a dia.

Um destes setores foi estratégico para que a Unigel alcançasse um resultado histórico em 2021: o agronegócio.

Com o início da operação de duas fábricas de fertilizantes nitrogenados, a Unigel ampliou sua presença no agronegócio brasileiro, tornando-se o **único produtor de ureia e o maior produtor de amônia do Brasil** – mercados altamente dependentes de importações.

Já nos segmentos de estirênicos e acrílicos, foco na eficiência operacional e assertividade na estratégia de vendas fizeram com que os resultados entregues superassem os patamares dos anos anteriores.

Todo esse esforço foi recompensador.

Em 2021, a Unigel alcançou um faturamento de R\$ 8,5 bilhões, além de um EBITDA ajustado de R\$ 1,72 bilhão e registrou um lucro líquido de R\$ 882 milhões.

Um recorde histórico.

Um resultado que se reflete em cada um de nossos insumos presentes na fabricação de alimentos, de veículos, de cosméticos, de papel e celulose, de eletrodomésticos e eletrônicos, na construção civil, na saúde e até na mineração. **Um resultado presente na sua vida.**

A busca por fazer sempre mais e melhor não para por aqui. Alcançaremos novos recordes e construiremos uma indústria química cada vez mais forte.

Vamos juntos, mais uma vez, fazer história.



UNIGEL

Nosso negócio é a química.

